UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

Bianca Marlene da Silva

Entre cânones e encruzas: historiadoras negras e a historiografia brasileira da década de 1980

Juiz de Fora

2024

Bianca Marlene da Silva

Entre cânones e encruzas: historiadoras negras e a historiografia brasileira da década de 1980

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História. Sob orientação da Prof.ª Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SILVA, BIANCA MARLENE DA.
Entre cânones e encruzas: : Historiadoras negras e a historiografia brasileira da década de 1980 / BIANCA MARLENE DA SILVA. -- 2024.
106 f. : il.

Orientadora: Fernanda do Nascimento Thomaz
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Teoria da História. 2. Historiografia Brasileira. 3. Gênero. 4. Raça. 5. História do Brasil. I. Thomaz, Fernanda do Nascimento, orient. II. Título.

BIANCA MARLENE DA SILVA

ENTRE CÂNONES E ENCRUZAS: HISTORIADORAS NEGRAS E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1980

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder

Aprovada em 26/09/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz- Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Naiara dos Santos Damas Ribeiro

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Silmara Aparecida dos Santos

Escola Cooperativa de Ensino e Integração

Juiz de Fora, 16/09/2024.

Documento assinado eletronicamente por **Naiara dos Santos Damas Ribeiro**, **Professor(a)**, em 27/09/2024, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Fernanda do Nascimento Thomaz**, **Professor(a)**, em 08/10/2024, às 06:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Silmara Aparecida dos Santos**, **Usuário Externo**, em 17/10/2024, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1986883** e o código CRC **18B6A30B**.

À memória de meu pai *(in memoriam*), Almir Paixão da Silva,
que celebrou o início deste sonho ao meu lado
e agora sei que vibra conosco... de onde estiver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, às forças que me trouxeram até aqui e possibilitaram que esse sonho antigo tornasse nesta dissertação. Sob as palavras de Jéssica Gaspar ao cantar que *"Deus é uma mulher preta e por natureza sei que vou sobreviver",* agradeço às forças do Universo e guias celestiais que, durante todo o processo, me reergueram, me acolheram e me lembravam do porquê seguimos. À Antônia, Jupiara, Maria Sebastiana, Maria Francisca e Rosinha da Cachoeira, agradeço por guiarem meus passos, serem o acalanto das águas de Oxum e a direção da flecha de Oxóssi. Com amor as agradeço por manterem meu Orí firme e cuidado, do início ao fim do Mestrado. À Exu Veludo, Rosa Caveira, Rosa Vermelha e Rosa Maria do Cais, agradeço por firmarem meus pés, protegerem meus caminhos e lembrarem que, assim como veremos no Item 2.2, Exu é a "boca do mundo".

Agradeço *(e dedico)* cada palavra aqui escrita à memória de meu pai Almir. Enfrentar o câncer e o luto da dor de sua perda em meio ao Mestrado e à pandemia não foi fácil, mas foram as lembranças de sua perseverança, sua resiliência diante ao tratamento oncológico e de suas palavras que não me deixaram desistir e me possibilitaram estar aqui, concluindo esta etapa. Agradeço por ter sido minha referência de homem preto vivo, pai presente e afetuoso, meu maior companheiro e apoiador. Minha alegria é lembrar que ainda pudemos celebrar juntos, com o senhor em vida, a aprovação no Mestrado. É assim, nessa mesma alegria, que lhe dedico a conclusão desta dissertação. De onde estiver, sei que está orgulhoso e que celebraremos o sonho que sonhamos juntos, em vida e hoje, em sua memória, torna-se realidade.

À minha mãe Vânia, também agradeço (e dedico) esta dissertação. Nada seria possível sem seu apoio, seu colo e suas palavras de incentivo. Não há palavras e agradecimentos que resumam sua importância para que eu pudesse concluir essa escrita em meio à tudo que enfrentamos, lutamos e como mantivemos firmes lado a lado, mesmo em meio à dor do luto e de tudo que precisamos lutar e vencer. Com todo meu amor, só consigo agradecer imensamente e dizer: nós conseguimos! Se hoje estou aqui foi muito por seus abraços, por acreditar em mim e por não soltar a minha mão, mesmo nos momentos mais difíceis – qual não me deixou desistir.

Agradeço também à rede de apoio que foi fundamental durante todo o Mestrado. Meus amigos e amigas, colegas de pós-graduação e profissão, familiares e psicóloga, nada seria possível sem vocês ao meu lado. Toda essa rede de apoio que não me deixou desistir. Enfrentar

uma pandemia, assim como tantos outros colegas do PPGH, os cuidados paliativos e a morte de meu pai e, logo em seguida, de meu tio, quando o encontramos sem vida, não foi fácil. Conciliar o Mestrado com o trabalho em três escolas para garantir nosso sustento familiar também não. Por isso agradeço, de coração, a cada uma e a cada um que me segurou, me reergueu e não me deixou desistir, mesmo em meio às demandas, mudanças e violências das quais não há como não me lembrar durante todo esse período, para hoje finalmente seguir firme, aliviada, agradecer e dizer: conseguimos. Muitas pessoas especiais participaram desse processo. Entre elas, queria dizer mais profundamente de algumas, que acompanharam diretamente e foram a força para seguir.

Ao Diego, que assim como Exu, me protegeu e não me deixou desistir de tentar ingressar no Mestrado novamente, mesmo após o racismo institucional sofrido no processo seletivo de outro departamento. Graças a você, sua amizade e nossas pretas palavras, esta dissertação veio ao mundo. Obrigada por ser irmão.

À Vitória e Serafim, por todas as trocas, conversas e acalento. Agradeço à minha madrinha Cabocla Iara por nos lembraram como no encontro das águas, Oxum e Iemanjá viram força, voz ativa e sensibilidade. Em cada ida para a mata, cachoeira e fogueira, ou mesmo nas ligações a distância, fomos apoio mútuo para nossas vidas e pesquisas. Obrigada pela irmandade, parceria e amizade.

Ao Cleber, agradeço por todo companheirismo, amor e paciência. Por todas as vezes em que, mesmo nos intervalos entre aulas e nossa rotina corrida de professores pesquisadores, nos encontramos na biblioteca, na sala de aula ou nas matas. Nosso amor apoio mútuo e nosso amor parceiro me inspiram. Obrigada por sempre estar ao meu lado e seguirmos juntos.

Aos colegas do PPGH e da Especialização em Gênero e Sexualidades (UFJF), agradeço as trocas, conversas e apoio, lembrando como a pós-graduação é espaço também para parcerias e bons encontros. À Amanda, Caíque, Anne, Vitória, Carolaine, Madson, Luan, Filipe, Albert, Iano e Jéssica, agradeço por serem presença e por todas as trocas durante (e não apenas) o Mestrado. Como canta Emicida, “quem tem um amigo, tem tudo”.

Ao Grupo de Estudos em Gênero e Interdisciplinaridade (GENI), Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-Afrikas) e Grupo de Estudos em Gênero e Diversidade (GESED), fundamentais para a construção de parte da referência bibliográfica aqui utilizada, para as discussões e olhares críticos para o trabalho e pelas trocas e parcerias fundadas.

Agradeço especialmente à Carolina, Célia, Iuli, Andreia, Anderson e Samara pelos espaços de troca, afeto e pesquisa construídos juntos.

À minha orientadora, Fernanda Thomaz, por toda parceria, companheirismo e por me permitir aprender tanto ao seu lado. Por ser inspiração e referência durante todos estes anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Às minhas alunas e alunos por toda troca, torcida e por me acolherem, com entusiasmo, todas as vezes que me ouviram falar sobre histórias outras — narradas, sobretudo, a partir do olhar das historiadoras aqui pesquisadas. Abrir o livro didático de História e me deparar com a imagem de Beatriz Nascimento foi a força para seguir e acreditar no poder da transformação e do diálogo entre pesquisa e ensino de História. Mesmo em meio aos desafios da Educação no Brasil, tê-los ao meu lado foi fundamental para que não esquecesse como meu amor pela teoria se conecta com o ensino. Estar na sala de aula muito me formou enquanto pesquisadora. A pesquisa me enche de esperança por uma popularização e democratização do conhecimento. Que assim como eu, mulher negra que estudou a vida inteira em escola pública e hoje conclui o Mestrado, meus alunos e alunas possam também sonhar e realizar. Que tenham acesso ao conhecimento e ao pensamento crítico, para que cresçam sendo a esperança em uma sociedade permeada por voz ativa e justiça social. Vocês me inspiram e alimentam o meu desejo de seguir na docência e na pesquisa. Nestes dois espaços onde me encontro, compartilho e acredito poder ser outras possibilidades de, como escreve bell hooks, “fazer de nossas práticas de ensino focos de resistências”.

Especialmente e por fim, agradeço àquelas que iniciarão as palavras que estão por vir, as maiores responsáveis e protagonistas desta dissertação: Lélia González, Beatriz Nascimento, Lúcia Helena, Rosângela Janja, Eleonara Zicari, Martha Rosa, Alzenide Queiroz e tantas outras que o racismo e o sexismo epistêmicos não registrou. Eu as reverencio assim, com seus nomes e sobrenomes, como Lélia González ensina. E as agradeço profundamente por serem, muito mais do que nomes, caminhos e sujeitas dessa pesquisa.

Agradeço-as e saúdo-as, que vieram antes abrindo caminhos. Assim como lembra Conceição Evaristo: “não, eu não esqueço essas senhoras, essas Yabás, donas de tantas sabedorias”, não as esqueço e torço para que seus nomes, produções e trajetórias não sejam esquecidos. Mas que sejam ecoados, reconhecidos e escritos. Que sejam visíveis nas grades curriculares do curso de História, que sejam rememoradas por suas contribuições para a escrita

da História do Brasil. Cada uma dessas senhoras que ao encontrar, saudava com louvor e felicidade, lembrando: a História do Brasil também foi escrita por mulheres negras. Nossa luta não vem de hoje. E nossos passos vêm de longe, conforme nos lembra Jurema Werneck. Saúdo os seus nomes, as suas trajetórias e os caminhos que abriram para que outras mulheres negras historiadoras, como eu, não desistissem de seguir.

É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

Gonzaguinha

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a mapear e analisar a presença e produção historiográfica de mulheres negras historiadoras durante a década de 1980 no Brasil. Período este em que ocorrem transformações históricas, sociais e epistemológicas dentro e fora das universidades, como a consolidação dos estudos decoloniais, de gênero, raça e sexualidades; a formação do Movimento Negro Unificado (MNU); a consolidação dos movimentos feministas, a Redemocratização brasileira, o advento da História Socia, abertura dos cursos de Pós Graduação, etc. Como principal objetivo, a Dissertação fará o mapeamento a fim de analisar se houveram historiadoras negras neste período e quais estratégias utilizaram para divulgar conhecimento, sobretudo diante o racismo epistêmico no interior dos espaços institucionais, que as colocava no lugar de "outsider". Através da análise de periódicos analisados, como o acervo "Negritos", serão apresentados os resultados obtidos a partir do encontro com Lúcia Helena Oliveira Silva, Martha Rosa Figueira Queiroz, Elionara Ziari Costa de Brito e Rosângela Janja Costa Araújo (Mestra Janja): mulheres negras historiadoras e sujeitas desta pesquisa que, ao longo da década de 1980, produziram conhecimento histórico, trazendo contribuições fundamentais para a História da Historiografia brasileira e à escrita da História do Brasil.

Palavras-chave: teoria da história; historiografia brasileira; estudos de gênero; raça; história do brasil.

ABSTRACT

This dissertation aims to map and analyze the presence and historiographical production of Black women historians in Brazil during the 1980s. This period witnessed significant historical, social, and epistemological transformations, including the consolidation of decolonial, gender, race, and sexuality studies; the formation of the Unified Black Movement (MNU); feminist movements; Brazil's re-democratization; the emergence of Social History; and the expansion of graduate courses. This research primarily investigates whether Black women historians existed during this period and the strategies they employed to disseminate knowledge amidst epistemic racism within institutional spaces, which positioned them as "outsiders." Through an analysis of periodicals like "Negritos", the results derived from encounters with Lúcia Helena Oliveira Silva, Martha Rosa Figueira Queiroz, Elionara Ziari Costa de Brito, and Rosângela Janja Costa Araújo (Mestra Janja) will be presented, highlighting the pivotal contributions these Black women historians, subjects of this research, made to Brazilian historiography and the writing of Brazilian history during the 1980s.

Keywords: History theory; Brazilian historiography; Gender studies; Race studies; Brazilian history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Anastácia Amordaçada 41

Figura 2. Lousa contendo escrito o conceito de “Quilombo” a partir da citação de Beatriz Nascimento no Documentário “Orí” (1989) 57

Figura 3. “SBPC Discute Raça” …….…….....66

Figura 4. “Instituto de Pesquisas das Culturas Negras” 67

Figura 5. Marcha do MNU BA na 33º Reunião SBPC. Luiza Bairros e Ana Célia da Silva (estampa da Lélia Gonzalez)..…….....…….....69

Figura 6. “Entrevista com Zezé Motta” 73

Figura 7. Frente e verso do santinho de Anastácia Livre (Cruz, 2019) 76

Figura 8. “Ana Flávia Magalhães assume a direção do Arquivo Nacional nesta sexta-feira” 78

Figura 9. “Pesquisadora Fernanda Thomaz assume chefia no ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania” 79

Figura 10. Dia internacional da luta das mulheres – Nossa homenagem às mulheres que construíram a ANPUH-BRASIL.....81

Figura 11. “Os historiadores”, livro didático 7º ano.....85

Figura 12. Livro de Beatriz Nascimento apresentado à turma do 7º ano do Ensino Fundamental II.....86

Figura 13. Nota de caderno.....88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Nome e formação das historiadoras negras sujeitas da pesquisa.....26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....18

1.1 *"O lixo vai falar e numa boa"*: apresentando as sujeitas da pesquisa.....25
1.2 Percursos metodológicos.....29

CAPÍTULO I: CORPO.....34

2.1 Abrindo caminhos: qual o corpo do sujeito historiador?.....34
2.2 Construir o Brasil, construir o "Outro" no Brasil: disciplinarização da História na construção do projeto de nação.....39
2.3 "*E o pretuguês [na historiografia], cumé que fica?":* teoria da História no Brasil do século XX.....49

CAPÍTULO II: TERRITÓRIO.....56

3.1 "*Outsider within":* entre as margens e os espaços oficiais.....59
3.2 A (não) presença da população negra no 33º Congresso da Sociedade Brasileira (1981) 65

CAPÍTULO III: MEMÓRIA.....71

4.1 "Anastácia livre": rompendo as máscaras de silêncio 75
4.2 Guardiãs da memória.....47
4.3 Futuro ancestral.....83

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....88

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....93

APÊNDICE.....97

INTRODUÇÃO

Quero um conto, um canto,
um ponto na trajetória do devenir.
Para um futuro mais belo.
Futuro que vislumbro na cor dourada
do sol da janela dos Arquivos.
Arquivo casa onde eu morei e que em mim mora.
Quero escrever um conto ao silêncio dos documentos."
(Nascimento, 1984, p. 50)[1]

A escrita desta dissertação inicia-se com uma epígrafe. As palavras acima foram retiradas de um poema de Beatriz Nascimento. Mulher negra, brasileira, historiadora e uma das primeiras referências que chegaram a mim, no início da graduação, e que me levou aos questionamentos que geraram este trabalho. A escolha por iniciar a escrita a partir de suas palavras ocorre pois, além de historiadora, Beatriz Nascimento também escreveu poesias e produziu filmes, os quais tornaram-se grandes companheiros durante todo esse período de construção da pesquisa. Em uma das leituras de seus poemas, encontrei *"Quero escrever um conto"*, poesia escrita em 1983. No mesmo instante, após terminar a leitura, não havia dúvidas: seria esse poema, escrito por Beatriz Nascimento, a escolha para apresentar as palavras iniciais da dissertação.

Beatriz Nascimento traz em sua escrita poética a experiência como historiadora. Ao escrever sobre o "Arquivo casa onde eu morei e que em mim mora. / Quero escrever um conto ao silêncio dos documentos", rememora uma relação primordial para nós, profissionais da História: aquela estabelecida com os arquivos. Os arquivos trazidos por Beatriz são os principais agenciadores que permitiram que esta pesquisa se formasse. Nos arquivos encontrei os caminhos para as respostas aos meus questionamentos. Nos arquivos, meus questionamentos se transformaram. Se no início estava perguntando "SE existiram historiadoras negras", graças ao trabalho com as fontes, passei a questionar "ONDE estavam as historiadoras negras". Por

[1] Poema escrito por Beatriz Nascimento, disponível em: RATTS, Alex; GOMES, Bethania (orgs.). **Todas (as) distâncias:** poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Editora Ogum Toques Negros, 2015.

isso, iniciar com Beatriz. Porque no "documento do silêncio", como ela, quis "escrever um conto". Esse conto surgiu das margens, das entrelinhas, das outras possibilidades.

Desde que ingressei na graduação em História, alguns questionamentos me instigaram a seguir na pesquisa, sobretudo durante as aulas de Metodologia e Historiografia Brasileira. Cada vez que vinha a me deparar com a grade curricular composta majoritariamente pelos chamados grandes cânones historiográficos, me perguntava onde estavam as mulheres negras historiadoras. Questões como "ao longo da História da Historiografia brasileira existiram historiadoras negras produzindo conhecimento historiográfico?" e "se existiram, por que não estão presentes nas grades oficiais dos cursos de História?" cada vez mais me despertavam o interesse por investigar se estas historiadoras existiram, em que espaços estiveram, quais suas contribuições para a historiografia e, sobretudo, por que elas não têm a mesma visibilidade que a branquitude[2] masculina, composta por homens brancos produtores de conhecimento que ainda hoje, no tempo presente, ocupam majoritariamente as grades curriculares em nossa formação em História.

Ao mesmo tempo que me despertava o interesse pelo mapeamento da produção historiográfica negra e feminina no Brasil, ocorriam também os receios de eu, enquanto mulher negra historiadora, ter escolhido como objeto de pesquisa justamente aquelas que estiveram à margem da história oficial, que não compuseram as mesas dos congressos de História e não encheram as estantes das livrarias na sessão "Grandes intérpretes do Brasil". Foi observando minha própria trajetória acadêmica junto a outras pesquisadoras e pesquisadores, entre nossas discussões, leituras e projetos, a partir de uma epistemologia não branca e não europeia, que comecei a compreender como a pesquisa pelas margens; pelos espaços não oficiais; rompendo os silêncios epistêmicos também era possível de ser produzida.

Entre esses encontros destaco a importância de meu ingresso no Laboratório de História Oral e Imagem/Áfrikas (LABHOI/Afrikas), âmbito em que, ainda durante os primeiros períodos da graduação, quando era monitora da disciplina de História da África, fui introduzida a duas mulheres negras historiadoras que foram o caminho aberto para o que anos depois se delimitou como esta dissertação: Lélia González e Beatriz Nascimento. No ano de 1959, a

[2] De acordo com Maria Aparecida Silva Bento, "a branquitude se caracteriza como os traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento." Sendo, portanto, a chamada população branca que historicamente se organiza e detém o poder, sobretudo de definir o "Outro". Ler em: BENTO, Cida. Branquitude – O lado oculto do discurso sobre o negro. *In*: CARONE, I; BENTO, M.A.S (Orgs.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**.** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 1.

primeira ingressou no curso de História e Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); já em 1969, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a segunda também ingressava no curso de História. Ambas as historiadoras de formação foram profissionais de História na Rede Básica de Ensino[3] e docentes do Ensino Superior. As trajetórias de Lélia González e de Beatriz Nascimento se estenderam para além do campo educacional em que atuaram como docentes. Entre suas atuações em grupos de pesquisas, sobretudo propondo uma [escrita da] "história feita por mãos negras"[4], enquanto militantes organizadas dos movimentos negros e de mulheres, estas intelectuais também contribuíram com a escrita de uma vasta produção de conhecimento dentro e fora do campo historiográfico, através da organização de artigos escritos, livros, entrevistas em jornais, produção de documentários, palestras e conferências posteriormente transcritas e divulgadas.

Desse modo, começo a trazer as primeiras palavras desta dissertação reverenciando a memória de Lélia e de Beatriz, duas mulheres negras que, entre uma diversidade de formações, também se encontraram, atuaram e produziram no campo da História. Elas foram o caminho aberto para que eu chegasse à delimitação da pesquisa a ser apresentada e desde os primeiros períodos da graduação em História têm sido fundamentais na construção da mulher negra e historiadora que me formo. Ademais, são essas mulheres que me mostraram como o acesso às leituras "não oficiais" das nossas grades curriculares muitas vezes pode vir "por fora" dos espaços institucionais e referências bibliográficas oficiais. Mesmo dentro do conhecimento e do espaço acadêmico, mulheres negras estão fora dos espaços e discussões principais, oficiais, que têm maior prestígio e notoriedade. Ainda que "por fora" dos espaços oficiais, ao longo das décadas, mulheres negras vêm criando estratégias para ocuparem os espaços, conforme veremos ao longo dos capítulos.

Reforço que essas duas historiadoras citadas, embora não sejam as sujeitas dessa pesquisa, têm papel fundamental para delimitar os caminhos percorridos para chegar até aqui. Inicialmente, o interesse por pesquisá-las através de suas trajetórias enquanto profissionais da História e militantes organizadas norteou o que seria meu objeto de pesquisa. A proposta era investigar, durante o período do Mestrado, a produção historiográfica de Lélia González e

---

[3] Lélia González iniciou sua carreira docente como professora de História do Colégio Pedro II. Ler em RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010.

[4] RATTS, Alex (Org.). **Beatriz Nascimento**: Uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 39.

Beatriz Nascimento a partir de suas contribuições para a História da Historiografia Brasileira. Todavia, foram surgindo perguntas que levaram a outros caminhos. Entre essas interrogações, alguns principais me instigavam. Principalmente nos últimos anos, a produção dessas historiadoras vem sendo cada vez mais divulgada, difundida e discutida, sobretudo nos chamados estudos de gênero e raça na América Latina. Lélia Gonzalez, inclusive, durante a década de 1980, trouxe uma discussão fundamental para tais estudos: a formulação do conceito de *amefricanidade*, que abarca territórios africanos e americanos em diáspora e pós-abolição, formando o que a historiadora conceituaria como a *Améfrica Ladina*. Resumidamente, isso quer dizer que o território africano e afro-diaspórico das Américas compartilharia a memória, a cultura, a linguagem e a religiosidade ancestral, aquela partilhada sobretudo ao longo do período pré-colonização e rememorada, principalmente através da História Oral, durante o pós-abolição, permanecendo como legado para as populações negras afro-diaspóricas.

As contribuições dessas historiadoras têm tido maior notoriedade atualmente, com a maior divulgação e acesso às produções escritas por elas. Mas cabe perguntar: o que leva ao interesse agora, décadas depois, sobretudo de pesquisadoras e pesquisadores que têm lido e difundido a produção dessas duas historiadoras? Quando falamos de historiadoras negras brasileiras, podemos destacar somente Lélia González e Beatriz Nascimento, que apenas mais recentemente têm aumentados o interesse e a visibilidade das suas trajetórias e produções? E por fim, se também houve outras produzindo no mesmo período que as duas, pensar em uma produção historiográfica negra e feminina diz apenas de um campo específico dos estudos das interseccionalidades[5] ou também tem contribuições para a escrita da História do Brasil? Assim, considerando que pesquisar é também sair do lugar de certeza e direcionar o olhar para outros caminhos e possibilidades, pontuo que as considerações acima foram fundamentais para chegar à pesquisa que será descrita. Nesta investigação, Lélia e Beatriz, selecionadas para abrir os caminhos, não aparecerão mais como sujeitas da pesquisa, e sim como referências bibliográficas que nortearão a escrita deste trabalho.

Na busca por compreender se (e quais) outras mulheres negras existiram durante a segunda metade do século XX no Brasil, minhas inquietações sobre essa hipótese levaram a

[5] A teórica feminista Kimberlé Williams Crenshaw (1991) popularizou o conceito para explicar que violências de gênero, raça, classe, sexualidade etc. se intercruzam e não se somam entre si. Portanto, a escolha da interseccionalidade enquanto categoria analítica se justifica através das palavras de Audre Lorde (2009) ao escrever que "não existe hierarquia da opressão". Ver em: CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

mudanças na delimitação do tema que desenvolveria durante o Mestrado. Se anteriormente a proposta era investigar as produções e trajetórias de Lélia González e Beatriz Nascimento, apresento agora a delimitação temática surgida a partir dos questionamentos e hipóteses levantadas anteriormente e que nortearão as páginas seguintes dessa dissertação: pesquisar a produção historiográfica de historiadoras negras brasileiras durante a década de 1980. Considerando o aumento de pesquisas voltadas para a produção intelectual de Lélia e Beatriz, buscarei mapear e investigar que outras mulheres negras historiadoras estavam inseridas ao longo desse período de suma importância tanto para História quanto para a Historiografia brasileira.

A escolha por essa temporalidade histórica se dá pelas transformações históricas e historiográficas que aconteciam no mundo e consequentemente, no Brasil. Mais especificamente, as "novas temáticas" observadas pela historiografia são marcadas por um contexto histórico: no mundo, houve a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética; na história do Brasil, o período de redemocratização do país após o fim da Ditadura Civil-Militar, findado com a homologação da Constituição de 1988. Na década de 1980, a elaboração desse documento fundamental contou com a participação, contribuição e discussão tanto de historiadores e intelectuais quanto dos movimentos sociais, dos quais muitas das mulheres selecionadas neste estudo também participaram ativamente. Considerando que os movimentos historiográficos também se relacionam com os sujeitos que os pesquisam, com mudanças e mentalidades da sociedade em determinado período, é possível demarcar os caminhos pelos quais a historiografia vinha se formando então.

Mundialmente, ocorria uma onda de protestos e de grandes mudanças, seja na história política ou dos movimentos sociais. A relação entre o que acontecia no mundo e a escrita da História pensando a memória traumática pós-Segunda Guerra e a perseguição de historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre pelo autoritarismo dos governos nazistas e fascistas, o fim da Guerra Fria e a consolidação da globalização e da cultura de consumo em toda a sociedade o exemplificam. Os Estados Unidos vivenciavam um período de aumento na organização dos movimentos sociais — sobretudo dos movimentos negros, das populações LGBTQIAs e feministas —, que, no mesmo momento, aumentavam suas participações nas universidades, propondo novas formas de pensar a pesquisa histórica, como assinala Joan Scott, compreendendo o gênero enquanto categoria de análise histórica, numa perspectiva em que a história das mulheres não seria vista mais enquanto um campo historiográfico isolado e sem agência, seja nas sujeitas da pesquisa e também nas produtoras de conhecimento em busca por

maior visibilidade em uma História da Historiografia que até então era majoritariamente branca, masculina e europeia.

No continente africano, em um contexto marcado por lutas pelas independências e por redemocratização dos países pós-governos autoritários, destacaram-se os estudos de africanistas, que passaram a investigar através da "pirâmide invertida", denominação que designa, como chama a atenção o pesquisador Carlos Lopes[6], a pesquisa em que o eurocentrismo não é mais a principal visão de mundo e escrita. Ainda durante as primeiras décadas do século XX, sobretudo na década de 1960, destacam-se também *Subaltern Studies*[7] da América Latina, Ásia e sociedades não ocidentais. Também chamado de Estudos Decoloniais, esse campo de pesquisa abarcou abordagens que permitiam pensar os sujeitos não europeus enquanto agentes ativos e protagonistas da construção de suas histórias e memórias locais, que ressaltaram e denunciaram as consequências do colonialismo para as sociedades consideradas do "Terceiro Mundo". Gayatri Spivak e Edward Said, considerados fundadores dos chamados Estudos Pós-Coloniais, juntamente ao aumento das traduções dessa literatura, permitiram a abrangência de uma história mais social e transcultural, gerando, assim, o conceito de História Global.

Posto isso, por que se torna fundamental delimitar as transformações ocorridas ao longo da segunda metade do século XX, como trazido acima? A resposta se dá na justificativa da escolha dessa temporalidade. Pesquisar historiadoras negras nos dá abertura a um vasto campo que se modifica ao longo das décadas. Por exemplo, poderia pesquisá-las após a implementação da Lei 12.711/2012[8], que garante a inserção de 50% de estudantes negros, indígenas, quilombolas nas universidades brasileiras e que foi fundamental para o aumento de estudantes negros ingressos nos cursos de História. Outra perspectiva de análise possível seria realizar um estudo mesmo no tempo presente, quando é possível observar transformações significativas para a História da Historiografia no Brasil, com a ocupação em espaços voltados

---

[6] LOPES, Carlos. A Pirâmide invertida — historiografia africana feita por africanos. *In*: **Actas do 'Colóquio Construção e Ensino da História de África Lisboa**, Linopazas, 1995.

[7] Os estudos subalternos, também chamados de estudos pós-coloniais, consolidaram durante a década de 1960 por teóricos asiáticos, latino-americanos e africanos, propondo epistemologias que rompessem com o eurocentrismo acadêmico.

[8] A Lei 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012, garante 50% de vagas voltadas para estudantes negros, indígenas, estudantes de escolas públicas e com renda familiar inferior à 1,5 salário. Documento disponível em: L12711 (planalto.gov.br).

para a profissionalização do campo da História por outros corpos para além da branquitude masculina.

Considerando que o passado histórico constantemente se relaciona com o tempo presente, é imprescindível observar a trajetória de historiadoras negras a partir de diversas temporalidades históricas. Conforme exemplificado anteriormente, poderia ter selecionado diferentes temporalidades de análise, todavia, o período proposto para análise nesta pesquisa em específico, considerando o tempo do Mestrado, se restringirá à década de 1980.

Uma das principais propostas aqui é mapear, com as análises das fontes, de suas produções e posteriormente, entrevistas, a fim de compreender a importância da produção historiográfica e da trajetória de historiadoras negras brasileiras de ofício que ingressaram na graduação em História em diversas regiões[9] do país e/ou produziram durante a segunda metade do século XX. Mais precisamente, o recorte temporal foi estabelecido a partir da delimitação das que estiveram presentes junto à geração de historiadores e historiadoras das décadas de 1980 iniciando, a partir da expansão da História Social no Brasil, a abertura dos programas de pós-graduação nas universidades, culminando em um maior ingresso de estudantes negros no Mestrado/Doutorado. Tal período coincide também com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) no país, momento em que as historiadoras aqui pesquisadas tiveram papel fundamental de pesquisa histórica e atuação política, abrindo caminhos para as gerações futuras.

Realizada esta contextualização de nosso tema, desde sua proposição inicial, com a referência à importante influência do trabalho de Beatriz no interesse pela questão da mulher negra nos estudos históricos até os ajustes necessários a partir do próprio contato com a pesquisa, que identificou certo relevo dado a Beatriz e Lélia, levando-nos ao reconhecimento de que seria interessante reconfigurar nosso escopo a fim de mapear e dar maior visibilidade a outros nomes e outras trajetórias, veremos, a seguir, as estudiosas que protagonizarão as próximas páginas.

[9] Durante o trabalho com as fontes, uma das minhas principais preocupações era fazer o mapeamento de historiadoras negras não apenas das regiões Sul/Sudeste, sobretudo por compreender, na posição de pesquisadora sudestina, as problemáticas que concernem à permanência de uma visibilidade restrita à nossa região. Compreendo e assumo aqui a importância de falar de um país plural, onde a territorialidade por quais têm ou não mais reconhecimento não deve(ria) ser resumida apenas a determinadas regiões geográficas.

1.1 "O lixo vai falar e numa boa"[10]: apresentando as sujeitas da pesquisa

Assim, após apresentar a delimitação temática, chego às sujeitas desta pesquisa. Pensando neste corpo-política[11] e reivindicando sua ocupação dentro e fora do campo da História da Historiografia brasileira que durante décadas colocou-as no lugar epistêmico de ser apenas o objeto de estudo, apresento as quatro mulheres negras brasileiras que aqui serão estudadas, enquanto sujeitas e referência para a escrita. Elas, que durante os anos de 1980, ingressaram no curso de História em universidades de diferentes localidades do país e que abriram os caminhos para as reflexões que virão a seguir.

Deste modo que eu me encontro, enquanto historiadora negra, com cada uma das historiadoras negras sujeitas (e agentes) desta pesquisa, as quais, conforme diz Lélia González, têm nome e sobrenome[12]:

---

[10] GONZÁLEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". Revista Ciências Sociais, Hoje. 1983. São Paulo: Anpocs. p. 223-244.

[11] Para os historiadores Marcello Assunção e Rafael Trapp, a História da Historiografia brasileira precisa fazer alusão aos questionamentos de quais corpos e territórios mais têm notoriedade no saber histórico. Por isso torna-se fundamental pensar o "corpo-política" para reverenciar corpos não hegemônicos e aos quais a historiografia crítica busca, ao longo das últimas décadas, dar maior visibilidade – como a produção de pessoas negras, indígenas, de mulheres, população LGBTQIA etc. Ver em: ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da História da Historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, p. 232.

[12] Para a historiadora, "negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido… ao gosto deles".

Tabela 1. Nome e formação das historiadoras negras sujeitas da pesquisa.

Nome	Instituição	Ano
Lúcia Helena Oliveira Silva	PUC – Campinas	1983 - 1986
Martha Rosa Figueira Queiroz	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1986 - 1993
Eleonara Ziari Costa de Brito	Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB)	1983 - 1987
Rosângela Janja Costa Araújo ("Mestra Janja")	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1982 - 1989

Lúcia Helena cursou História na PUC de Campinas, no estado de São Paulo, entre os anos de 1983 e 1986. Seguiu no Mestrado e no Doutorado em História da Educação, pesquisando mulheres escravizadas e o período pós-abolição. Integra grupos de pesquisa referentes à História da África e afrodescendentes. Foi conselheira do Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo e, hodiernamente, atua como professora da Universidade Estadual Paulista. Meu encontro com sua dissertação de Mestrado, intitulada "As estratégias da sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade: 1850-1888" (1991-1993), foi de suma importância para a constituição e a justificativa desta pesquisa. Isso porque se trata de uma das primeiras produções das historiadoras selecionadas a que obtive acesso e, nela, além de poder compreender estratégias de autodefinição da pesquisa afrodiaspórica durante o período, pude aprender também muito sobre a História da Historiografia contemporânea brasileira.

Martha Rosa Figueira Queiroz é uma das precursoras por abrir os caminhos para que eu seguisse, sem medo, na escolha desta temática, além de ser a responsável, através de seu trabalho arquivístico, por disponibilizar periódicos para o mapeamento das sujeitas aqui pesquisadas. Historiadora atuante, desenvolve o acervo digital "Negritos". Pesquisadora em grupos de estudos com ênfase na educação para as relações étnico-raciais, é também professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Ingressa em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre 1986 e 1993, segue no Mestrado e no Doutorado pesquisando a atuação das religiões afro-brasileiras, o afoxé e o movimento negro, ambos em Recife, nos termos de suas relações entre si nas políticas e sociabilidades até o tempo presente.

Eleonara Ziari Costa de Brito formou-se em História pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) entre 1983 e 1987 e hoje é docente da Universidade de Brasília (UnB). Durante a década de 1990, quando os estudos de gênero e sexualidade estavam consolidando-se no Brasil, Eleonara trabalhou, em sua tese de Doutorado intitulada "Corpo, Sexualidade e Gênero: A construção do desvio na justiça de menores – Brasília (1960/1990)", as intersecções de gênero, raça e sexualidade a partir do campo da História do Direito.

Por fim, apresento Rosângela Janja Costa Araújo, também conhecida como "Mestra Janja". Historiadora e capoeirista, desenvolveu o conceito de "ginga: epistemologia feminista" para referir-se aos estudos de combate ao racismo e o sexismo dentro dos grupos de capoeira, a partir de sua definição como uma mulher negra capoeirista e pesquisadora. Cursou História na Universidade Federal da Bahia (UFBA) entre os anos de 1982 e 1989, seguindo no Mestrado e no Doutorado com pesquisas sobre a capoeira como um espaço educativo no Brasil. Trabalhou no *GELEDÉS — Instituto da Mulher Negra* como consultora do programa de educação do instituto, desenvolvendo projetos de ações afirmativas para jovens negros do ensino superior. Atualmente é docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), compondo também a posição de uma das líderes e fundadoras do *NEIM — Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher,* grupo histórico no campo dos estudos de gênero e sexualidade, fundado em 1983, na UFBA.

São quatro mulheres negras brasileiras diversas, vivas e que, após um trabalho metodológico e análise das fontes, foram selecionadas como as sujeitas que aqui serão pesquisadas. Elas que, durante os anos de 1980, período delimitado para análise, ingressaram no curso de História em universidades de diferentes localidades do país.

Saliento aqui a importância da diversidade territorial, um ponto crucial durante o processo de seleção dessas estudiosas. Na posição de uma pesquisadora localizada na região Sudeste, reconheço que historicamente as produções sudestinas foram as que mais ganharam notoriedade nos espaços de divulgação da produção intelectual. A maioria dos historiadores e historiadoras que estudamos em nossa formação acadêmica estiveram e estão localizados nesse eixo territorial, todavia não são os únicos produtores de conhecimento desde o marco inicial da produção historiográfica no país. Portanto, foi imprescindível considerar historiadoras para além da região Sudeste pois, como veremos, elas protagonizaram as diversas maneiras de ocupar e produzir conhecimento, seja na produção de jornais, nas festas de tradições populares e afrorreligiosas, na organização do MNU, no movimento de mulheres negras, nas organizações de congressos e grupos de pesquisas etc.

O encontro com cada uma dessas "Guardiãs da Memória", como denominadas pela historiadora Martha Rosa Queiroz, significa, entre métodos e teorias, pensar nas estratégias que mulheres negras buscam historicamente, mesmo que pelas margens ou pelos espaços não oficiais, como os movimentos sociais, jornais independentes etc. Ou seja, muitas vezes não estiveram presentes nas conferências oficiais das universidades, não foram convidadas para escrever artigos nos livros nem para palestrar acerca da historiografia brasileira "oficial", mas permaneceram — e permanecem, em vida — buscando estratégias, através de outros espaços e possibilidades que elas pensaram para se organizar, produzir e divulgar conhecimento.

Se a pergunta inicial desta pesquisa foi "*se* existiram historiadoras negras", a partir do trabalho com as fontes, a questão principal passou a ser "*onde* estão as historiadoras negras na História da Historiografia brasileira". As buscas por respostas à essa questão me levaram ao encontro de cada uma delas através das margens, nas entrelinhas, nos silêncios epistêmicos[13] "construídos por um cânone cuja escrita é, em sua quase totalidade, predominantemente branca, o que se consubstancia na própria construção de coletâneas, ementas de curso e na escolha das 'grandes referências'"[14]. Quando as maiores referências de leituras que ainda nos formam são os cânones, representados um único caminho, possibilidade e corpo produtor de conhecimento historiográfico através da branquitude e do eurocentrismo, recorro às encruzilhadas, sendo estas representadas por outros caminhos, referências e possibilidades, como cada uma das sujeitas que aqui serão pesquisadas, para além de uma História única[15]. Nesse sentido, fazendo o contraponto entre os "cânones" e as "encruzas", trago também para o título deste trabalho, no qual proponho pensar as relações entre os campos oficiais, os grandes intérpretes lembrados na História da Historiografia, e as produções e autorias que estão às margens; nas encruzilhadas, nos caminhos outros onde cada uma destas historiadoras se inserem, mesmo que não referenciadas pela história disciplinar, a dita oficial.

[13] ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, v. 41, p. 233.

[14] Idem.

[15] ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

1.2 Percursos metodológicos

A metodologia escolhida foi o trabalho com as fontes históricas através da análise de periódicos do que chamo "imprensa alternativa negra brasileira", para mapeá-las durante, a princípio, as décadas de 1970 a 1990. Delimito a terminologia "negra" ao situar a imprensa alternativa brasileira durante o período da Ditadura Civil-Militar que produziu e circulou periódicos para além dos meios de circulações ditos oficiais como estratégia contra a censura. Portanto, a escolha por iniciar os apontamentos sobre os percursos metodológicos utilizados neste trabalho trazendo a imprensa alternativa negra brasileira se justifica por ter sido um ponto crucial durante o processo de seleção dos periódicos.

Os jornais escolhidos para a análise foram aqueles que não estavam na imprensa oficial, sendo considerados "imprensa alternativa". Falar da imprensa independente e fora do grande meio de circulação do período é considerar também sua relação com os movimentos sociais que se expandiram, não apenas no Brasil, sobretudo ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando os movimentos negros, feministas, sindicalistas, de mulheres negras e homossexuais[16] cresceram. Assim, além de jornais feministas e da comunidade LGBTQIA, optei pela escolha de jornais organizados pelos movimentos negros em diversas regiões brasileiras, porém enfatizando a produção das regiões Norte e Nordeste.

Minha chegada aos jornais ocorreu por um projeto arquivístico organizado por Martha Rosa, uma das sujeitas desta pesquisa, através de seu trabalho de arquivista e historiadora. *Negritos*[17] é o nome do acervo *on-line* no qual a historiadora e sua equipe realizaram o processo de restauração e digitalização de periódicos dos movimentos negros durante a segunda metade do século XX, com a finalidade de expandir o acesso às fontes históricas produzidas e protagonizadas pela população negra organizada e/ou independente. Assim, os primeiros meses da pesquisa foram dedicados à análise dos jornais para promover o mapeamento das historiadoras — se existiram, em que espaços estavam, onde produziram para além dos meios "oficiais". Logo ocorreu o processo de levantamento das fontes através dos jornais presentes no acervo *Negritos* entre os anos de 1980 e 1989 (findando no ano posterior à Constituição de 1988), sendo eles: *Jornal Nêgo — Jornal do MNU; Negração; Jornegro; SINBA.* O trabalho

[16] A termologia LGBTQIA, aqui utilizada para referenciar essa população, passou a ser usada posteriormente, sobretudo durante os anos 2000, quando o termo GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) deixou de ser citado por se considerar que as sexualidades e identidades de gênero têm historicidade e que trazer sua visibilidade para a sigla significa também lutar por políticas públicas para todas e todos.

[17] Disponível em: www.negritos.com.br.

com os jornais durante esse período gerara, em cerca de 30 páginas de levantamento e análise das fontes, alguns pontos que já me cercavam como hipóteses: para além de contribuir com o mapeamento das historiadoras, também trouxe o registro das estratégias que estas utilizavam para circular suas produções de conhecimento. Se, em muitos dos espaços e conferências das universidades, elas estavam no lugar das "margens", os jornais alternativos e as organizações enquanto movimento social eram os espaços de construírem coletivamente, divulgarem suas produções, contribuírem através de falas em palestras, em reportagens e matérias nos jornais, onde algumas delas também atuavam como editoras etc.

Saliento aqui um dos maiores desafios encontrados durante todo esse processo e que gostaria de deixar visível à banca e às leitoras e leitores da presente dissertação: compreender que uma pesquisa também é feita de seleções, de escolhas que precisam ser feitas. Informo isso porque, ao longo do processo de mapeamento, cheguei a 10 historiadoras negras. Apesar de não estarem todas presentes nesta escrita devido à delimitação temporal feita em razão do curto tempo do Mestrado, não queria deixar de referenciá-las: Lúcia Helena Oliveira Silva (PUC), Martha Rosa Figueira Queiroz (UFPE), Alzenide Prazeres Simões (UNICAP), Eleonara Ziari Costa de Brito (CEUB), Lélia de Almeida González (UERJ), Maria Beatriz do Nascimento (UFRJ), Rosângela Janja Costa Araújo (UFBA), Valdeci Pedreira Nascimento (UFBA), Ana Lúcia da Silva (UEM), Raquel de Andrade Barreto (UFF).

Todas estão presentes durante o período em que a História Social e os movimentos sociais crescem no Brasil, sobretudo considerando a segunda metade do século XX até o ano de 2003, quando houve a implementação da Lei 10.639, garantindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e afrodescendente nos campos educacionais, fruto das últimas décadas de organizações dos movimentos negros dentro e fora da produção acadêmica, para os quais muitas dessas mulheres contribuíram ativamente. Assim, como mencionado anteriormente, precisei considerar como aporte metodológico, a seleção, trazendo a produção e a atuação de 4 dentre essas 10 historiadoras, sendo estas as que estiveram, formaram e produziram durante a década de 1980 até a Constituição de 1988, para ser fiel à delimitação temporal proposta. Todavia, a listagem de todas as estudiosas encontradas objetiva contribuir também para pesquisas futuras, considerando o campo teórico da historiografia brasileira a partir da historiografia crítica (também chamada de *(in)disciplina* da História). Trata-se de um campo consideravelmente novo no país, mas que pode interessar sobretudo àqueles que, bem como fazemos nesta dissertação, se dispõem a escrever a partir das relações e estudos de gênero e raça dentro do campo da teoria da história.

Também faço referência a elas como "*Atlânticas"*, conforme sugerido por Beatriz Nascimento no documentário *Orí*[18], para falar dessa produção afrodiaspórica em que as travessias do mar e do processo escravista não tiraram nossa voz e produção para falarmos a partir de nós mesmas. Deixo, pois, minha reverência a esses "passos que vêm de longe", como também complementa Jurema Werneck.

Por fim, após apresentar a temática, as sujeitas e a metodologia proposta nesta pesquisa, discorrerei brevemente sobre os caminhos que serão percorridos a seguir. Esta dissertação será dividida em três principais discussões, a serem expostas ao longo de três capítulos, sendo elas, consecutivamente: *CORPO; TERRITÓRIO; MEMÓRIA*. Os três conceitos auxiliarão a dividir as discussões propostas ao longo de cada capítulo.

Durante o capítulo "*CORPO"*, buscarei discutir a questão: "qual o corpo do sujeito historiador?". A partir disso, a proposta é pensar de que maneiras, desde a institucionalização da História enquanto ciência no Brasil, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, determinados gêneros, raças e territorialidades demarcaram o corpo produtor de conhecimento e como este criou narrativas sobre o corpo do "Outro". Mais especificamente, buscarei discutir como a História da Historiografia brasileira, desde o período do Oitocentos até meados da década de 1960, com a criação da Escola Paulista de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), disciplinarizou não apenas os métodos que delimitariam o que é a História e como cada sujeito seria narrado, mas também quem eram os historiadores considerados até o tempo presente como os "grandes cânones" no campo da escrita da História do Brasil. Este capítulo em específico, considerando sua posição, se concentrará nas questões em torno da teoria da história, dando uma ampla visão das transformações históricas e historiográficas que serão fundamentais para a compreensão dos capítulos seguintes.

O capítulo "*TERRITÓRIO"* dará continuidade às discussões teóricas, situando dessa vez as transformações historiográficas ocorridas no campo da historiografia brasileira durante a década de 1980, considerando o período em que as historiadoras sujeitas dessa pesquisa se inserem, seja ao ingressarem na graduação em História ou na organização dos movimentos sociais, tal qual o MNU, formado em 1977. Considerando que esse período marca também mudanças nos campos políticos e sociais, como o fim da Ditadura Civil-Militar e o processo de

[18] Documentário ORI, de Beatriz do Nascimento, produzido em 1989. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1PBQutmbrgakx63IUUD8qOgIM2wKVId4n/view.

redemocratização que gerou, nos anos seguintes, discussões que fomentaram a homologação da Constituição de 1988, com garantias históricas de direitos para populações historicamente marginalizadas, discutirei a História (in)disciplinar. Em outros termos, a intenção é entender de que maneiras a inserção de outros sujeitos para além da branquitude nos cursos de graduação e pós-graduação marcou também as maneiras de se olhar e interpretar o passado histórico, "indisciplinando" a História disciplinar, oficial e embranquecida, que foi majoritária desde a formação do IHGB até o processo de redemocratização do país. Desse modo, este capítulo buscará, através do conceito de território, identificar os espaços acadêmicos e/ou não acadêmicos em que estas historiadoras se inseriram, em que espaços circulavam suas produções de conhecimento e como se colocavam em um lugar de *outsider within*; "de fora" dos espaços, produções e congressos oficiais. Portanto, o capítulo se aprofundará nas fontes analisadas para compreender os espaços em que cada uma das sujeitas estivera presente, seja nas universidades, nos grupos de pesquisas, nos congressos, na editoração de jornais independentes, nos espaços de cultura e das religiões de matrizes afrodescendentes, na organização de movimentos sociais, como o MNU etc.

Por fim, o capítulo "*MEMÓRIA*" se organizará através da narrativa em primeira pessoa de cada uma dessas mulheres. Após a apresentação do trabalho com as fontes no capítulo anterior, este último findará a escrita trazendo as vozes de cada uma dessas "Guardiãs da Memória", conforme as denomina Martha Rosa ao referenciá-las. A proposta aqui é trabalhar com duas metodologias: primeiramente, através da leitura e análise das palavras escritas por elas em suas produções bibliográficas ao longo da década de 1980, considerando artigos, jornais, monografias, teses etc., considerando que este é o recorte temporal proposto para análise.

Considerando que estamos falando de mulheres negras ***vivas***, testemunhas da história, produtoras de conhecimento e na ativa, enquanto docentes, pesquisadoras e organizadoras de projetos de políticas públicas voltados para a população negra, esse momento de encontro será essencial para catalisar suas experiências durante o período e podermos compreendê-los através de suas vozes e olhares de gênero, raça, classe, territorialidade etc. Essa pesquisa surge não apenas da busca por encontrar seus nomes e sobrenomes, como diria Lélia González, mas também por conhecer trajetórias, produções e estratégias que as fizeram visíveis — mesmo em meio às tentativas de silenciamentos. Conforme Audre Lorde, "não só as diferenças nos

imobilizam, mas sim os silêncios. Os múltiplos silêncios têm que serem rompidos"[19].

Nas estratégias cotidianas é que cada uma dessas — e tantas outras — buscaram romper com os silêncios e assim mobilizaram-se mesmo diante à invisibilidade que as impossibilitou de participar das mesas principais em congressos, das publicações em revistas e livros "oficiais", de "sentar à mesa" com os "cânones" da produção de conhecimento que ainda hoje, muitas vezes, não as referenciam nas bibliografias oficiais das grades curriculares dos cursos de História. Dessa forma, mesmo que pelas brechas, entrelinhas, outros locais e meios de divulgação, nós não nos imobilizamos. Permanecemos encontrando maneiras de nos organizar e produzir conhecimento transformando "o silêncio em motor à criatividade e ação", como pondera Audre Lorde.

Por fim, deixo um dos principais aprendizados que venho a ter com esta pesquisa: a compreensão de que as estratégias e lutas por reconhecimento e visibilidade do passado permanecem ainda no tempo presente. Com cada uma destas historiadoras, aprendo sobre o poder da autodefinição: assim como as águas dos rios de Oxum, que iniciaram essa escrita, outras possibilidades também se tornam possíveis: sobretudo da (re)escrita da História por outros olhares, caminhos e possibilidades.

É assim, pedindo licença para chegar, que finalizo estas palavras introdutórias convidando o leitor e a leitora a seguir nesta escrita, neste futuro que também é ancestral. Nessa escrita que é em primeira pessoa, mas também enseja a memória do "nós", no plural, reverenciando a memória daquelas que vieram antes abrindo caminhos. E desejando outros futuros possíveis — e visíveis — às que estão por vir. Nesta *escrevivência*[20]... em *Dororidade*[21].

---

[19] LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: Ensaios e Conferências. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Tradução de Stephanie Borges, p. 7.

[20] No livro "Becos de Memória", a escritora afro-brasileira Conceição Evaristo traz o conceito de "escrevivência" a partir de sua tese de doutoramento. Para a autora, *escrevivências* seriam "transformar a vivência em escrita", principalmente mulheres negras utilizariam estas para trazer suas trajetórias a partir da narrativa em primeira pessoa. Ver em: EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 1.ed. - Rio de Janeiro: Palhas: Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

[21] Vilma Piedade traz o conceito de Dororidade para "abandonar a visão eurocêntrica do feminismo" (Piedade, 2019, p. 34), que trazia a Sororidade para evidenciar a união da luta de todas as mulheres, mas não refletia criticamente sobre as violências em torno do racismo, por exemplo, de mulheres brancas contra mulheres negras. Para a autora, a "Dororidade, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta" (Piedade, 2019, p. 16). Em outros termos, quando se unem, mulheres negras se organizam e se potencializam através da ruptura das dores do racismo e do sexismo. Ver em: PIEDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2019.

CAPÍTULO I: CORPO

2.1. Abrindo caminhos: qual o corpo do sujeito historiador?

Ao ingressarmos no curso de História, uma das primeiras afirmativas que nós, historiadoras e historiadores em formação, aprendemos diz respeito ao que Marc Bloch chamou de ofício de historiador. Para ele, esse ofício requer métodos, análises, uma linguagem historiográfica própria e, principalmente, a compreensão de que a História não diz apenas do passado, mas também de sua relação com o tempo presente, pois "o presente e o passado se interpelam. A tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício do historiador, são de duplo sentido."[22] A escrita deste capítulo parte justamente da premissa de que a temporalidade histórica é mais um movimento do que uma linearidade, que ela não se inicia e nem se encerra no passado.

Ao longo de nossa formação escolar, aprendemos que a "história é a ciência do passado"[23] como algo distante, estático, preso no tempo. Na posição de professora de História, esse é um dos maiores desafios que observo no cotidiano escolar: fomentar a discussão de que, muito além de decorarmos o que aconteceu em determinado período histórico, é fundamental pontuarmos sua relação com o tempo presente, criar um senso crítico e social e, principalmente, compreender que as fontes históricas não falam por si só, pois sempre há algum sujeito por trás analisando-as e interpretando-as através de seus interesses, perguntas e olhares. Sendo assim, trago para esta escrita um exercício que busco fazer nas aulas de introdução aos estudos históricos com minhas alunas e alunos da rede básica de ensino, o de questionar: "Se o documento não fala por si só, quem é o sujeito historiador? Qual seu rosto? Onde vive?". Nas variadas respostas, uma característica é unânime: a figura do historiador marcada na memória coletiva desses estudantes é aquela de um homem branco, cisgênero, com idade avançada, sentado em um gabinete no qual é envolto por livros e documentos antigos.

Essas características que universalizam o corpo do sujeito historiador reproduzidas nas

---

[22] BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 65.

[23] Michel de Certeau sugere que "Marc Bloch pensava nas relações que o passado e o presente entretecem ao longo da história. Considerava que a história não só deve permitir compreender o 'presente pelo passado' — atitude tradicional — mas também compreender o 'passado pelo presente'" [1941, p. 44-50]. Ver em: CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre**. História**: Novos Problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 23.

respostas dos estudantes são reflexo da naturalização de um corpo que é colocado como "padrão". Assim, à primeira vista, gênero, pertencimento e território não precisam ser demarcados, visto que, historicamente, estabeleceu-se um corpo universal, que é o principal sujeito e produtor de conhecimento. Em outras palavras, historicamente esse grupo formado majoritariamente por homens brancos europeus delimitou o corpo daqueles e daquelas que tinham outras características e foram, pois, categorizados como o "Outro": o que é não branco, não ocupa o lugar do masculino e está fora do território europeu, quais sejam, mulheres, pessoas negras e racializadas[24], pessoas que habitam continentes marcados por um passado colonial, a população LGBTQIA etc. Os outros são aqueles que foram e são colocados à margem de tudo que é considerado a regra; o padrão; o dito oficial. Isso porque, conforme Grada Kilomba pontua, "temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os."[25].

Como sinalizado anteriormente, a sala de aula muito está presente em minha constituição como pesquisadora e vice-versa, de modo que não desassocio a relação professora-pesquisadora. Dessa forma, é através das indagações presentes nesses intercruzamentos que venho, nesta escrita em primeira pessoa, situar o fio condutor que perpassará este capítulo: o corpo. A escolha por trabalhar inicialmente esse conceito se dá principalmente pela premissa de que não há forma de elaborar a escrita da história sem observar quem a produz. Conforme questionado acima, se o documento não fala por si só, há a necessidade de demarcar quem "fala por ele", como se situam na sociedade e na produção historiográfica, por que determinados corpos são vistos como universais, têm notoriedade, são reconhecidos e ganham destaque, enquanto outros foram historicamente colocados em uma posição de esquiva, à margem, são silenciados e não ganham o mesmo reconhecimento e visibilidade.

O geógrafo brasileiro Milton Santos, ao questionar-se sobre quais sujeitos têm ou não direito à cidadania em um país como o Brasil, escreve: "meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo."[26] Assim, podemos entender que, nesse trecho, ele sugere que seu corpo vivo de

---

[24] Entende-se por racializadas pessoas não brancas, negras, populações indígenas e tradicionais, pessoas asiáticas e de regiões que o autor Edward Said chama de "Orientalismo". Ver em: SAID, Edward. **Orientalismo, O Oriente Como Invenção do Ocidente.** Tradução de Rosaura Eichenberg. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

[25] KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação** — Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira — 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 51.

[26] SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, J. (Org.) **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, p. 135.

homem negro brasileiro é sempre visto, demarcado, definido e apontado por um olhar de terceira pessoa, seu corpo é objetivado pelo "mundo". Partindo do contexto brasileiro, é notório como o passado escravista ainda marca o tempo presente e a formação da memória coletiva brasileira. Tal memória permanece viva na violência contra corpos negros, seja física, seja epistemológica, a partir, respectivamente, do que Achille Mbembe define como necropolítica e do que Sueli Carneiro denomina epistemicídio.

A necropolítica, também conhecida como política da matabilidade ou poder da morte, organiza-se através da estrutura colonialista que define quais corpos são ou não passíveis de luto. Nessa direção, como específica Mbembe, é o "poder e capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer."[27] Dessa forma, não é possível pensar o corpo sem antes questionar quais corpos têm ou não direito à vida. Quais são diariamente expostos e dispensáveis? Quais, em um país como o Brasil, ocupam o topo das estatísticas de morte, estampam os noticiários e não são rememorados, visto que, para parte da população e da grande mídia, são apenas mais uma estatística? Ao considerarmos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),[28] obtemos a informação de que, até o ano de 2021, cerca de 56,1% da população brasileira se autodeclarou negra e parda. Isso significa que negros e pardos ocupam porcentagem equivalente à maioria da população total do território nacional. Essa maioria também lidera as estatísticas de descaso, de falta de infraestrutura, de falta de acesso às políticas públicas e de tudo mais que leva à "morte em vida"[29] no país. De acordo com Judith Butler, a necropolítica pode ser definida enquanto "ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis"[30] e assim "sugerem que a racionalidade do mercado está decidindo quais saúdes e vidas devem ser protegidas e quais não devem."[31]. Portanto, se a necropolítica se estrutura através do aniquilamento de corpos físicos não brancos, o epistemicídio pode definir-se como o aniquilamento intelectual

---

[27] MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado De Exceção, Política Da Morte. **Arte & Ensaios,** v. 2, n. 32. Rio de Janeiro, dez. 2016, p. 123.

[28] IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD. Rio de Janeiro, 2022.

[29] Idem, p. 132.

[30] BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de Assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 16.

[31] Idem.

de povos historicamente marginalizados — no caso aqui analisado, da população negra. Este pode ser definido nas considerações de Sueli Carneiro:

> [...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p. 97).

O aniquilamento aqui pensado pode ocorrer de diversas formas, por exemplo: por meio da defasagem no acesso às políticas educacionais públicas para as populações negras, as indígenas, e as da classe trabalhadora no país. Soma-se a isso o fato de que a história oficial, muitas vezes reproduzida em ambientes escolares e universitários, reforça o imaginário da África mítica e primitiva. Outra ferramenta pela qual esse aniquilamento é praticado consiste na escrita da história do Brasil que ainda naturaliza a chamada "harmonia entre as raças", apresentando narrativas que romantizam as relações de violência contra as populações indígenas e africanas escravizadas. Ademais, as colonialidades do saber fazem perdurar o pensamento colonial, o qual segue sendo reproduzido mesmo após o fim do período colonialista e naturalizado em diversos espaços universitários, escolares e não escolares, como na literatura, na produção de filmes e novelas etc. Junto a isso, considerando os espaços das universidades e da produção de conhecimento, que não exercem um lugar de neutralidade, este aniquilamento ocorre também quando determinadas vozes e produções não são ouvidas, não ganham o mesmo reconhecimento e visibilidade que a branquitude, pois:

> [...] o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o "Outras/os" inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco (Kilomba, 2019, p. 50).

Desse modo, é criada a noção de "Outridade" que, para Kilomba, significa essa objetificação do sujeito não branco e não europeu. Mesmo sendo vistos no lugar de "Outro", não significa que não haja protagonismo, estratégias ou agência ativa. Conforme a autora complementa, não há, destas populações,

> uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade negra. [...] não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente tornam-se 'especialistas' em nossa cultura, e mesmo em nós (Kilomba, 2019, p. 51).

Assim é chegado um ponto crucial deste capítulo. Anteriormente foram pontuadas as maneiras através das quais determinados corpos foram definidos e violentados por estruturas de poder. Agora, a partir dos olhares lançados às estratégias, às autodefinições, às resistências e às transformações que ocorrem em corpos vivos produtores de saberes e transformadores de uma sociedade, veremos que, mesmo nas tentativas de morte em vida, estes corpos permanecem existindo, colocando-se como agentes históricos e definidores de suas próprias narrativas. E isso é feito pelas escritas das próprias vivências — o que a historiadora Giovana Xavier chama, a partir de Conceição Evaristo, de *escrevivências historiográficas*[32]. Em outros termos, trata-se da escolha por uma escrita em primeira pessoa, como justifica Xavier:

> Uma das primeiras ferramentas que desenvolvi para atingir este objetivo na sala de aula foi a "narrativa na primeira pessoa". Fundamentada no diálogo com textos feministas negros, trata-se de uma metodologia historiográfica de escrita, que ao se basear no uso do pronome eu contribui para o processo de construção do sujeito político intelectual negra no discurso historiográfico (Xavier, 2019, p. 355).

O corpo aqui é o agente ativo, sujeito e, mesmo com a definição da branquitude, busca estratégias para construir outras narrativas, para além das hegemônicas. Assim, passa a ocupar os espaços que lhe são garantidos por direito e assume a própria voz, invertendo a pirâmide, afinal, como afirma Grada Kilomba, "aqui, eu não sou a 'Outra', mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito."[33].

---

[32] Para Giovana Xavier, as "escrevivências historiográficas" acontecem a partir da escrita em primeira pessoa, advinda do pensamento feminista negro, para a autodefinição de mulheres negras escrevendo sobre suas vivências em uma reescrita da História em que não são vistas apenas como objetos de estudo, mas assumem a posição de agentes ativos e escritoras de suas próprias narrativas. Seja nos olhares de gênero e raça para a escrita da História da escravidão ou do pós-abolição. Ver em: XAVIER, Giovana. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo "território existencial" historiográfico. **Revista História Hoje**, *[S. l.]*, v. 11, n. 22, p. 357.

[33] KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 28.

2.2. Construir o Brasil, construir o "Outro" no Brasil: disciplinarização da História na construção do projeto de Nação

"Imploro-te Exu
plantares na minha boca o teu axé verbal
restituindo-me a língua
que era minha e me roubaram (...)

Exu, tu que és o senhor dos
caminhos da libertação do teu povo (...)

Ofereço-te Exu
o ebó das minhas palavras."

(Nascimento, Abdias. Padê de Exu Libertador, 1983)[34]

No conhecimento ancestral das religiões de matriz africana, o Padê é uma oferenda à Exu na qual ao seu fundo, embaixo da farinha, da pimenta e do dendê, estão nossas intenções escritas. Ofertadas ao Orixá da comunicação, nossas palavras são recebidas pelo Senhor Mensageiro, como também é chamado. Assim, Abdias do Nascimento evoca: "Ofereço-te Exu o Ebó das minhas palavras". De acordo com Hampatê'Bá[35], as palavras requerem cuidado ao serem ditas, uma vez que a oralidade é sagrada e a tradição é viva. Senhor dos caminhos, Exu nos ensina o movimento, a (sobre)viver à encruzilhada, já que nela há diversas outras possibilidades. Por isso a escolha por trazer Exu para referenciar a palavra:

> Exu é sempre o primeiro a ser servido, para que favoreça a comunicação entre o sagrado e os humanos, para que guarde a harmonia daquele local sagrado, para que seja o grande comunicador entre os homens e os orixás. Sendo assim, de modo bastante simbólico, começamos por "despachar a porta", trazemos o padê para que Exu nos seja gentil e nos ajude a contar estas linhas (Neto, 2019, p. 8).

Exu também é a boca que tudo come, "a boca do universo",[36] responsável pelo mercado das trocas e pelas palavras. Pensando nisso, referencio Exu neste tópico com a finalidade de continuar tematizando o corpo, agora não por inteiro, como sinalizado

---

[34] NASCIMENTO, Abdias. **Axés do Sangue e da Esperança**. (orikis), Rio de Janeiro: Achiamé/Rio Arte, 1983.

[35] BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. In; BARROS, Myriam M. de. Memória e família. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

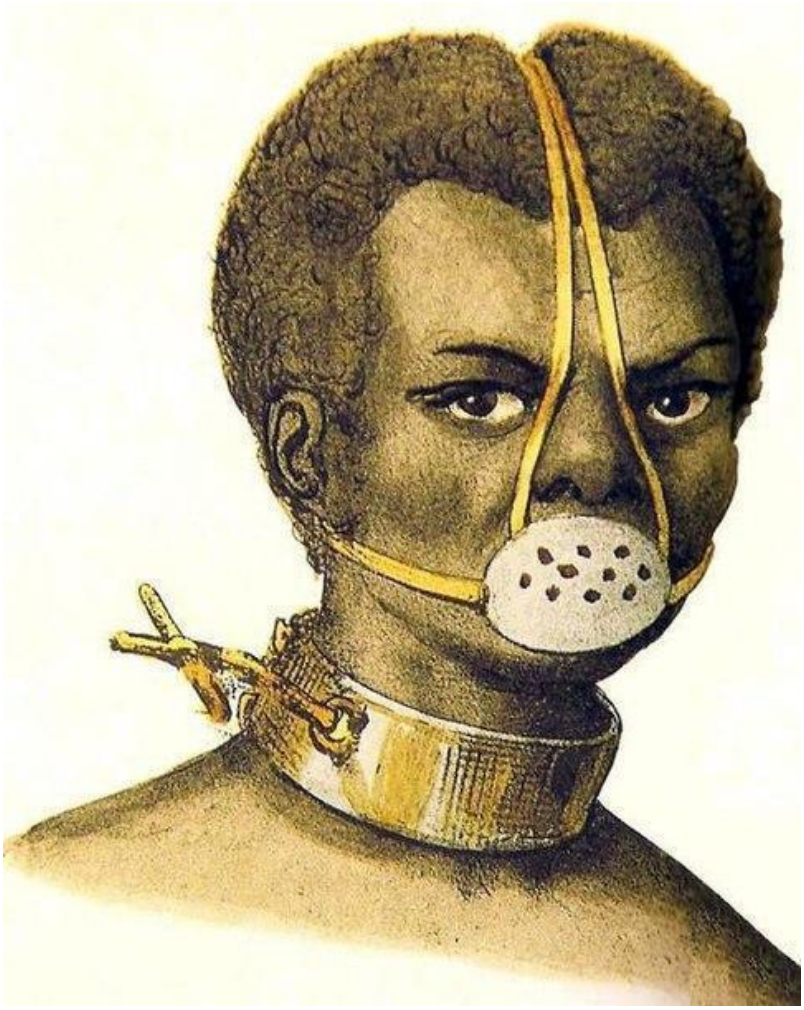
[36] Idem, 2015, p. 10.

anteriormente, mas pensando-o a partir da boca. Dentro da linguagem verbal, tal órgão é fundamental porque os sons necessários à nossa fala são produzidos por ele. O colonialismo deixou marcas de violências físicas e simbólicas nos corpos das populações escravizadas, e a boca é uma das representações de tal violência, como colocou Grada Kilomba ao demarcar que "a boca era um lugar de silenciamento e de tortura (...) no âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem — e precisam — controlar."[37] Assim, remeto a um símbolo que se popularizou, sobretudo nas últimas décadas, entre os museus, os livros didáticos, a televisão, o catolicismo e as religiões de matriz africana: a Escrava Anastácia — ou Anastácia escravizada, como prefiro referenciá-la.

Durante o século XIX, ainda sob período escravista, o pintor francês Jacques Etienne Arago foi um dos europeus responsáveis por retratar o cotidiano da população escravizada no Brasil. Para a História da Arte, nesse acervo encontra-se a obra *Castigo de Escravos* (1839), que retrata o rosto de um escravizado com uma mordaça de ferro cobrindo sua boca. Não foi identificado, nesse período, o gênero do sujeito desenhado na obra, todavia, posteriormente, com o trabalho arquivístico e a abertura de museus preocupados com o acervo das populações negras, tal sujeito ganhou um nome: Anastácia.

[37] KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 33-34.

Figura 1: Anastácia amordaçada



Fonte: Jacques Etienne Arago. Castigo de Escravos, 1839. Museu Afro.

A imagem de Anastácia amordaçada marcou o imaginário da memória coletiva brasileira, visto que representa uma mulher escravizada a quem não era permitido falar. Como pontua Mônica Lima de Souza, não há registros de uma única história oficial de Anastácia. O que há são inúmeras versões que a santificaram como santa curadora e/ou simbolizaram-na como um marco na luta antiescravista que, a partir da década de 1970, foi incorporada pelo MNU no projeto de memória na busca por heroicizar figuras históricas negras tal como Anastácia, Zumbi e Dandara dos Palmares. A historiadora explica:

> Na década de 1970, Anastácia era reconhecida pela luta contra a escravidão, motivo pelo qual fora castigada com a máscara de flandres na boca, sevícia que a levaria à morte. Nesse período, já era tida, por muitos, como realizadora de milagres: a santa negra. Anastácia guerreira encaixava-se muito bem no contexto daquela época. Buscavam-se heróis, os guerreiros, os que, mais que superado a dor do cativeiro, haviam lutado pelo seu término. Precisava-se de modelos que reforçassem a luta contra a ainda tão presente ideia da subserviência escrava. E, na história mais corrente da escrava, ela não havia cedido aos apelos sexuais do seu senhor, que, por isso a estuprou e a amordaçou. A luta de Anastácia, segundo essa versão, transformou-se em exemplo para suas companheiras e companheiros de cativeiro (Lima, 2001, p. 91).

A imagem de Anastácia amordaçada, desde a pintura de Jacques Etienne Arago em 1839 até o tempo presente, consiste em um elemento cercado de símbolos que nos fazem refletir sobre os significados daquela mordaça cobrindo a boca daquele sujeito escravizado. Grada Kilomba traz alguns vestígios desses significados, a autora vem a chamar simbolicamente de "máscara do silenciamento". Para ela, a máscara representava três significados principais: evitar que escravizados comessem a cana-de-açúcar e o cacau das plantações; promover medo da censura e da mudez; estabelecer uma das estratégias de dominação do colonialismo, sendo este "um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos."[38] Dessa forma, a máscara teria um significado material, enquanto um instrumento utilizado ao longo do período escravista, mas também carrega símbolos na memória coletiva até a atualidade, demarcando quais sujeitos ainda vivem simbolicamente amordaçados por esse instrumento, quais têm ou não suas vozes ouvidas e o que esse instrumento de ferro significava e ainda significa mesmo depois do pós-abolição.

Partindo dessa premissa, buscarei evidenciar narrativas as quais historicamente foram silenciadas, como a máscara que cobriu a boca de Anastácia. Dentro da História da Historiografia, retirar a máscara também implica trazer significados conforme os quais o "Outro" não exerce mais apenas o lugar de "objeto", mas assume seu lugar enquanto "sujeito" da pesquisa e produtor de conhecimento. Assim, provoca-se uma ruptura com a história disciplinar, conforme será explicitado a seguir, que durante décadas buscou evidenciar as narrativas daqueles que assumem o papel "cânones": ou seja, que ocupam majoritariamente o lugar referência na escrita historiográfica, que mais são lembrados etc. Em outras palavras,

[38] Idem.

como sugerido por Luís Rufino, "os cânones de ensino e os referenciais de saber e civilidade são majoritariamente os que fundamentam a compreensão de mundo a partir do Ocidente"[39].

Contextualizando historicamente, é possível compreender de que modo, durante o período da Modernidade, sobretudo ao longo do século XIX, em um contexto de expansão do pensamento iluminista, passou-se a ver também a necessidade de explorar e institucionalizar as ciências, profissionalizando e formando sujeitos específicos para cada área de conhecimento. Assim, a Europa, preocupada em reafirmar seu lugar de superioridade colonial e distinção em relação aos demais continentes, fomentou diversos estudos que foram se tornando disciplinas específicas, com métodos e áreas de atuação próprias. Como em outras áreas do conhecimento, a chamada Idade Moderna também trouxe a "disciplinarização" da História em um momento de consolidação dos Estados nacionais europeus e a necessidade de delimitar e distinguir as nações, classificá-las, enaltecê-las, evidenciá-las em seu passado e suas conquistas durante um período em que a construção da narrativa histórica e geográfica determinava poder. E isso em um período no qual o racismo científico classificou, definiu e inferiorizou determinadas regiões que não estivessem nesse "lugar" de evolução no qual o continente europeu se colocou para definir e explorar regiões consideradas primitivas por seguirem um outro modelo de organização, religiosidade etc., como ocorreu com as populações do continente africano, do asiático e das Américas.

Todavia, foi durante o século XIX que o chamado "século da História" se consolidou. O continente europeu estava vivenciando um contexto de pós-Revolução Francesa e expansão dos ideais iluministas, sendo considerado por historiadores da Idade Moderna um período de grandes transformações políticas, sociais e nas mentalidades[40]. Durante esse contexto, houve a necessidade de as sociedades europeias investirem em evidenciar narrativas de um passado glorioso, de sucesso colonial, das riquezas nacionais, do fortalecimento político territorial, de suas conquistas e lutas, tais como Manoel Salgado salienta:

---

[39] RUFINO JUNIOR, Luis Rodrigues. Exu e a pedagogia das encruzilhadas: Sobre conhecimentos, educações e pós-colonialismo. *In*: **VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias:** Movimentos Sociais e a Educação, Rio de Janeiro, 2015, p. 7.

[40] De acordo com Michel de Certeau, "até o Renascimento e mesmo até o final do século XVIII, as sociedades ocidentais valorizaram o passado, o tempo das origens e dos ancestrais surgindo para eles como uma época de inocência e felicidade. Imaginaram-se eras míticas: idades-do-ouro, o paraíso terrestre". Ver em: CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História:** Novos Problemas**.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 14.

> O pensar a história é uma das marcas características do século XIX, ao longo do qual são formulados os parâmetros para um moderno tratamento do tema. O discurso historiográfico ganha foros de cientificidade num processo em que a "disciplina" história conquista definitivamente os espaços da universidade. Neste processo, o historiador perde o caráter de *hommes de leltres* e adquire o estatuto de pesquisador, de igual entre seus pares no mundo da produção científica (Salgado, Manoel, 1988, p. 5).

Essa disciplinarização da História, como transcrito acima, caracteriza também a profissionalização da produção de conhecimento historiográfico. Ao deixar de ser *homem de letras* e adquirir o papel de pesquisador e produtor de ciência, o historiador ganha um novo lugar social. Desse modo, evidencia-se que, para a construção de uma narrativa historiográfica, esse lugar perpassa também pelas instituições, formação, olhares e métodos para investigar o passado histórico cujo historiador passa a ocupar neste contexto analisado por Manoel Salgado.

Esse lugar social, além de ser pensado em relação a esses eixos, é definido também por uma geografia do conhecimento[41], chamada de geografia do poder, e pela relação desse sujeito com a produção de conhecimento. Nesse sentido, envolve quem ele é, onde vive, quais seus interesses, a maneira através da qual se situa na sociedade, pois "este lugar, de onde o discurso historiográfico é produzido [...] desempenhará um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá"[42]. Esse lugar do sujeito historiador marcará a forma não apenas pela qual a disciplina, mas a narrativa historiográfica se moldará[43]. Isso porque esse lugar diz também de sujeitos que carregam marcadores

---

[41] A "geografia do conhecimento" trazida pelos historiadores tem a ver com uma geografia do poder, a qual define quais lugares são considerados os eixos principais da produção de conhecimento; que detém poder e historicamente utilizou de sua territorialidade para demarcar, classificar e inferiorizar outros territórios à margem deste eixo. Ver em: ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, p.229, 2021.

[42] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *In*: **Estudos Históricos 1** – Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, 1988, p. 5.

[43] Pois, como trazido pelo historiador, "uma ciência histórica autogerida não só seria um desastre como não faz sentido, pois a história, mesmo que só o consiga vagamente, é uma ciência e depende de um saber profissionalmente adquirido." Ver em: CERTEAU, Michel de. A operação histórica. *In:* LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 51.

categoriais da diferença[44], que precisam ser demarcados, racializados e generificados. Ou seja, fatores como o gênero, a raça e a territorialidade tornam-se fundamentais para compreender que historicamente o lugar do profissional da História foi marcado e iniciado a partir de uma elite branca e masculina a qual ocupou, selecionou e produziu o que era ou não importante de ser escrito, rememorado, pesquisado e divulgado.

A profissionalização da História no continente europeu, junto à expansão da implementação da disciplina nas universidades, influenciou outras regiões para além da Europa. Isso também ocorreu no Brasil, que até então tinha como escritores da história nacional uma elite letrada e não profissionalizada. Dito de outro modo, o primeiro grupo de profissionais da História no Brasil, os historiadores, não eram estudiosos formados em universidades, mas sim indivíduos que liam e investigavam o passado histórico por conta própria, sem um estudo formal ou método para a escrita e a análise das fontes históricas. Não havia uma metodologia científica para produzir História no país, que muitas vezes ficava à mercê de europeus viajantes os quais a retratavam a partir de seus olhares de colonialidade. Assim é perceptível como, ao longo do século XIX, ao mesmo tempo que se organizavam entre si, os movimentos historiográficos europeus influenciaram também a estruturação de uma metodologia historiográfica brasileira:

> O caso brasileiro não escapará, neste sentido, ao modelo europeu — e isto certamente trará consequências cruciais para o trabalho do historiador em nosso país —, ainda que deste lado do Atlântico outro será o espaço da produção historiográfica. Não o espaço sujeito à competição acadêmica própria das universidades europeias, mas o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII. O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista (Salgado, 1988, p. 5).

Durante o período dos Oitocentos, ainda sob forte influência da política imperial, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB. Esse é o primeiro registro de uma instituição que, posteriormente, foi demarcada como o marco fundador da História da Historiografia brasileira. Oficializado em 1838, ainda durante o período escravista, o IHGB foi criado com uma função principal: sob influência dos movimentos europeus, estes novos

[44] LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade,** v. 4, n.2, abr. - jun., 2018, p. 74.

historiadores e geógrafos ajudariam a construir o que seria a identidade nacional brasileira, pois, advinda de um passado colonialista e escravista, não havia uma memória que unificasse o que significaria "ser brasileiro". Nesse momento, algumas discussões fomentaram as primeiras décadas da produção historiográfica nacional, como "quais marcos históricos seriam selecionados para narrar o passado?", "qual seria o perfil dos heróis nacionais?", "como se construiria a identidade da Nação que fosse única, autêntica e logo, pudesse se distinguir de outras regiões?". Entre esses e outros debates, uma dificuldade principal era posta entre os historiadores naquele momento: como pensar "a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas"[45]? Junto a isto, "como pensar um projeto nacional com uma sociedade tão heterogênea?"

José Bonifácio, em 1813, já remetia às diferenças raciais presentes no Brasil ao defender que a população não era composta por uma única raça apenas. Para ele, construir a nação seria pensar na unificação de toda essa diversidade, já que, em sua visão, "amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. em um corpo sólido e político"[46]. Tal unificação proposta por Bonifácio, ainda durante o início do século XIX, gerará consequências posteriores quando a construção da nação brasileira se tornará um projeto de Estado que, por também ser de interesse político, influenciará tais estudos durante o período de formação do IHGB.

Esses intelectuais que estavam à frente da construção da nacionalidade brasileira eram também os que mais estavam distantes dessa realidade. Para ser recrutado pelo IHGB, o sujeito interessado deveria passar por relações sociais com membros já ingressos, as quais ocorriam através de influência, *status* e poder constituídos de um "regulamento por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais"[47]. Junto às influências sociais, de

---

[45] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**: 1 – Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, 1988, p. 6.

[46] Lélia González critica essa unificação proposta por José Bonifácio, pois, de acordo com a historiadora, não é possível unificar uma sociedade heterogênea: "quando se analisa José Bonifácio, patriarca da Independência, que luta pela abolição do tráfico negreiro, constata-se, por exemplo, que seu ideal de nação partia da perspectiva de uma nação homogênea, e a heterogeneidade, a diferença que estava tão presente, para ele era justamente o negro, a presença negra. Então não é por acaso que se vai constatar no século passado, por exemplo, esse tipo de projeto de construção de uma identidade nacional que recuperava o índio, recuperava miticamente" (González, 2020, p. 239).

[47] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos 1** – Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, 1988, p. 9.

status familiar e de propriedades que aquele sujeito obtinha, outro fator essencial para o ingresso no instituto era ter produção e interesse na área de atuação dos membros filiados. Mesmo que não por uma produção acadêmica das universidades, da forma que ocorreu na Europa, mas por interesses em determinadas áreas e campos de estudos específicos, disposição para pesquisas e trabalhos de campo.

A partir disso, um questionamento torna-se fundamental: quais sujeitos tinham tempo, capital e disposição para se dedicarem aos estudos e aos pré-requisitos impostos pelo IHGB? Quem eram os sujeitos que tinham influência em uma área composta por homens letrados dentro de uma elite imperial? Quem teria disposição e condições sociais e financeiras para dedicar-se aos estudos da História e Geografia? Com isso, é notório como a sociedade brasileira já demarcava tais segregações sociais, raciais, de gênero e de classe, sobretudo dentro desses critérios que restringiam o "lugar" como um espaço restrito à elite letrada imperial. Em outros termos, a historiografia brasileira é fundamentada a partir de uma escrita da história branca, colonialista e herdeira. Nesse momento não há, como Beatriz Nascimento problematiza, "uma história feita por mãos negras" — complemento, ou de indígenas e de outras classes sociais — que não a elite branca imperial.

A elite fundadora do IHGB citada acima também carrega suas especificidades. Sendo composta inicialmente por 27 membros fundadores, a maioria obtinha funções estatais, tais como militares, burocratas, ocupando cargos administrativos ou eram pertencentes à uma elite nascida em Portugal que, durante as invasões napoleônicas, vieram para o Brasil sob proteção e fidelidade da família imperial. Com isso, demonstra o interesse e a relação de aproximação e forte patrocínio da política aos estudos neste período, advindos também dessas relações político-sociais, evidenciando-se nas próprias produções historiográficas do período que se dedicavam à "publicação massiva de memórias históricas que, de modo geral, consistiam em compilações documentais e notícias descritivas acerca das províncias do Império."[48]. Logo, essas relações de quem escrevia o Brasil definem também quais seus olhares e interesses de que Brasil queriam construir.

O projeto de nação construído por essa elite imperial carrega também o modo como se inseriram na sociedade, suas influências e visões sobre quem seria esta nação, como se

[48] OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). **História**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2007, p. 155.

organizaria e quem estaria de fora. Portanto, como Manoel Salgado finaliza, "no movimento de definir-se o Brasil, define-se também o 'Outro' em relação a esse Brasil."[49] Se a tarefa do historiador, durante o período do Oitocentos, era auxiliar na criação do perfil da "nação brasileira", esta tinha uma cara, um corpo e perpassava as relações de gênero, raça, classe e territorialidade ao definir quem era ou não o "sujeito brasileiro" e como teria ocorrido a "formação do Brasil".

A homogeneização do projeto de nação, desde os escritos de José Bonifácio, como discutido anteriormente, fomentada pelos interesses políticos e epistemológicos, deixou continuidades na historiografia nacional até as décadas seguintes. A homogeneização da nação do século XIX, herdeira do projeto de embranquecimento nacional a partir da extinção das populações negras e indígenas proposta por Marquês de Pombal[50] durante o período imperial, levou à criação das futuras teorias luso-tropicanas.[51] Essas teorias foram elucidadas por historiadores posteriores aos fundadores do IHGB que, ao longo das três primeiras décadas do século XX, reforçaram o que posteriormente seria chamado de "mito da democracia racial", o qual reivindicava a miscigenação como um dos principais construtores da nação brasileira. De acordo com pesquisadores como Gilberto Freyre e outros reivindicadores da miscigenação em massa, esta havia ocorrido por meio da harmonia entre as diferentes raças brasileiras, desconsiderando as violências físicas, simbólicas, sexuais e sociais ocorridas durante o período escravista e que demarcaram essas relações entre a elite imperial e os escravizados.

---

[49] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *In:* **Estudos Históricos** – 1 – Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, 1988, p. 10.

[50] Durante as chamadas Reformas Pombalinas no Brasil, ao longo do século XVIII, houve o estímulo do extermínio em massa das populações negras e indígenas para que pudesse gerar o embranquecimento da população brasileira. Na história nacional, menções às violências raciais vêm desde os primeiros registros documentais, como o do missionário jesuíta André João Antonil ao escrever no século XVI que o Brasil seria "o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos".

[51] Lélia González elucida que "segundo Freyre, os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas. Daí o processo de miscigenação ocorrido no Brasil e a harmonia racial que o caracteriza. Todavia, o que Freyre não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas da violentação da mulher negra" (GONZÁLEZ, 1979, p. 35).

2.3. *"E o pretuguês[52] [na historiografia], cumé que fica[53]?":* Teoria da História no Brasil do século XX

Pensar a historicidade da escrita da História no Brasil significa compreendê-la através de movimentos, disputas e poder. Nesse sentido, assim como as encruzilhadas citadas anteriormente, a História da Historiografia brasileira tem, ao longo das décadas, vários percursos, métodos e influências, não podendo ser vista e analisada através de uma única direção, apenas. Desde o marco fundador da história disciplinar advindo da criação do IHGB, pensar e construir a historiografia no — e do — Brasil significa analisar que esta tem especificidades próprias. Sendo grande parte da escrita da história brasileira marcada por seleções e interesses, processos históricos particulares da história nacional e, principalmente, influências da história das mentalidades que perpetuou narrativas construídas e enraizadas na memória coletiva brasileira e que, consequentemente formou uma geração de historiadores que escreviam sobre *o que* e *quem* era o Brasil.

Vale ressaltar que essa geração que se formou na primeira metade do século XX teve como professores e orientadores as primeiras gerações de historiadores do Brasil, sendo aquela formada durante as primeiras décadas de atuação do IHGB. Além dos intelectuais situados no período do Oitocentos, tiveram também a influência dos que posteriormente foram chamados "grandes intérpretes do Brasil": sociólogos e historiadores inseridos na produção acadêmica durante a década de 1930. Esta geração de 1930, posterior à geração de intelectuais formados ao longo do século XIX, trouxe consigo marcos específicos para a história da historiografia brasileira. Em um contexto de formação do conceito de "Nação" pós Abolição (1888) e pós a Proclamação da República (1889), os pesquisadores formados nas primeiras décadas do século XX inseriram-se neste momento de construção da identidade brasileira. Gerando assim, expectativas da população em "ver o intelectual como uma espécie de 'artesão' da identidade nacional"[54].

---

[52] Para Lélia González, o *pretuguês* é o processo linguístico da africanização do português, de acordo com a historiadora, originado do tronco linguístico bantu. Ver em: GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais, Hoje. São Paulo: Anpocs. p. 223-244, 1983.

[53] Grifo original: "E a trabalhadora negra, cumé que fica?". Ler em: GONZÁLEZ, Lélia. **Jornal Mulherio**, São Paulo, Ano 2, n. 7:4, mai.- jun, 1982.

[54] Uma introdução à história da Historiografia brasileira (1870-1970). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010, p. 106.

Com isso, grande parte dos intelectuais deste período contribuíram, através de artigos, livros, palestras e demais produções de conhecimento, para a construção da memória coletiva brasileira através de suas narrativas em torno da "crença na tolerância racial brasileira"[55]. Ou seja, produções de conhecimento em que reforçaram a narrativa de que a "nação brasileira" havia sido formada através da harmonia entre as raças. Entre os intelectuais que produziram conhecimento durante o início do século XX no Brasil, destaca-se a produção de Gilberto Freyre. Freyre foi o relator das teorias luso-tropicanas, responsáveis por criar o que posteriormente seria conceitualizada como o "mito da democracia racial.

Lélia González, durante a década de 1970, questionou as teorias luso-tropicanas de Gilberto Freyre. Para a historiadora, as análises de Freyre e ademais intelectuais de sua geração, contribuíram para a construção da memória coletiva brasileira posteriormente reproduzida em livros, filmes, novelas, etc. Ou seja, como pondera a historiadora, intelectuais da "geração de 1930" utilizariam das relações raciais durante o período escravista para indicar que a "miscigenação" havia acontecido através de relações harmoniosas entre escravizados e escravistas. Deste modo, conseguiriam a justificativa para a formação da nação brasileira: a harmonia entre as raças.

> Segundo Freyre, os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas. Daí o processo de miscigenação ocorrido no Brasil e a harmonia racial que o caracteriza. Todavia, o que Freyre não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas da violentação da mulher negra (Gonzalez, 1979, p. 35).

Assim como as ponderações de Lélia González, outra historiadora negra também questionou tal contexto historiográfico e suas consequências até a atualidade. Lúcia Helena de Oliveira, uma das historiadoras negras aqui pesquisadas, escreveu em sua dissertação de Mestrado uma contextualização histórica dos movimentos historiográficos ocorridos ao longo da primeira metade do século XX no Brasil. Ela inicia sua escrita com apontamentos referentes

---

[55] Para Beatriz Nascimento, a "crença na tolerância racial brasileira" que influenciou intelectuais brasileiros na construção da narrativa em torno da harmonia entre as raças na formação do Brasil seria consequência de um processo histórico desde a colonização. A historiadora escreve em 1987 como as "menções à miscigenação em massa" estão presentes nos arquivos históricos nacionais desde que o missionário André João Antonil escreveu que o Brasil seria "o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos". Esta afirmação foi a justificativa utilizada para que, posteriormente, Marquês de Pombal, através das Revoluções Pombalinas, estimulasse portugueses a violentar sexualmente mulheres negras e indígenas, a fim de acelerar o processo de embranquecimento da população brasileira. Ver em: RATTS, Alex (Org.). **Beatriz Nascimento**: Uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 78-80.

à geração de cientistas sociais da chamada "Geração de 1930", referenciada anteriormente. Para a historiadora, esse momento em que se inserem os chamados "intérpretes do Brasil" é marcado como um "período de influência positivista e do racismo científico que deu lógica para a dominação dos 'novos' continentes da África e Ásia"[56]. O racismo científico ao qual se refere diz respeito às teorias evolucionistas e hegelianas, sobretudo durante o final do século XIX, que influenciaram as então novas ciências que estavam sendo formadas, como a História. Dessa maneira, as primeiras décadas na escrita da História do Brasil foram marcadas pela construção de narrativas que décadas depois passariam a ser questionadas.

Ainda através dos apontamentos de Lúcia Helena de Oliveira, será posto como se formaram os movimentos historiográficos nas décadas seguintes. Para a historiadora, os anos posteriores à Geração de 1930 foram dedicados pela historiografia e pelos estudos sociológicos a "desmontar a ideia do mito da 'harmoniosa convivência das raças'"[57]. Sob influência da Escola dos Annales, questões como os métodos, as fontes, a teoria da história, a narrativa, a temporalidade e os sujeitos históricos passaram a ser mais discutidas. Junto a isso, o aumento da construção de arquivos e bibliotecas no Brasil gerou maior preocupação e interesse por investir em formação profissional do historiador.

Três marcos evidenciam as transformações que vinham acontecendo pós-1930, sobretudo com o final da Era Vargas. Primeiramente, a publicação do livro "Teoria da História do Brasil", escrito pelo historiador André de Lemos Freixo no ano de 1949. Tal livro foi publicação pioneira na proposta de construir uma teoria da história do Brasil, influenciando a profissionalização e formação das gerações seguintes. Posteriormente, nos anos de 1951 e 1962, foram criadas, consecutivamente, a CAPES, o CNPQ e a FAPESP[58], agências de fomento à pesquisa que marcam o incentivo a pesquisadores e a pesquisadoras que, a partir de então, passariam a ter recursos para atuar enquanto profissionais das ciências.

Por fim, as contribuições de Fernand Braudel enquanto professor substituto da Universidade de São Paulo (USP), onde, ao longo de sua estadia de três anos, desde que

[56] SILVA, Lúcia H. O. Estratégias da sedução: mulher escravas apre(e)ndendo a liberdade. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas.

[57] Idem.

[58] Uma introdução à história da Historiografia brasileira (1870-1970). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010, p. 104.

embarcou no Brasil em 1935, trouxe influências da Nova História advinda da Escola dos Annales, movimento historiográfico que no Brasil influenciou para repensar os paradigmas até então postos sob o olhar para as fontes e o escrever da narrativa histórica. Completando com as palavras de Napoleão Sabóia, a presença de Braudel no Brasil não apenas expandiu as relações e influências dos Annales em nossa formação historiográfica nacional, mas também contribuiu enquanto pesquisa para a criação de suas obras, como o conceito de "acontecimento histórico" que, de acordo com Miceli, surgiu após uma viagem de Braudel à Bahia e a partir de um acontecimento testemunhado pelo historiador escreveu que "os *acontecimentos* são como vaga-lumes nas noites brasileiras: brilham, mas não aclaram"[59].

Essas transformações tornaram-se mais evidentes principalmente com a chegada da década de 1950. Em um contexto de Guerra Fria, pós-Segunda Guerra, carta-suicídio de Getúlio Vargas e o início do projeto desenvolvimentista depois de Juscelino Kubitschek assumir a presidência do Brasil, tais transformações históricas também influenciaram as formas de os profissionais da História vivenciarem, escreverem e teorizarem. Como será discorrido após as análises de Leandro Konder:

> Como os intelectuais viam a década de 50 enquanto a viviam? E, depois que ela se encerrou, como aqueles que viveram fizeram a avaliação dela? Em alguns casos, manifestaram-se sinais de contentamento pelo clima que pudera ser criado a partir do fim do Estado Novo. Ou, como disse Florestan Fernandes, a partir do 'restabelecimento dos padrões normais das atividades intelectuais das elites' (Konder, 2001, p. 367).

Konder, ao escrever sobre a década de 1950, salienta que podemos dividi-la em dois momentos: as mudanças ocorridas nos anos iniciais e posteriormente, nos anos finais. O início dos anos 1950 foi marcado ainda por um forte conservadorismo advindo das influências de Gilberto Freyre e das teorias lusotropicanas, devedoras da geração de 1930. Durante esse momento, ascendeu um grupo de ensaístas conservadores buscando escrever sobre a relação entre o passado colonial e o que chamariam de bondade portuguesa. Assim, a divulgação historiográfica ocorria principalmente através de ensaios reunidos em livros escritos por pesquisadores que buscavam reafirmar a justificativa de seus antecessores de que as relações harmoniosas entre Brasil e Portugal geraram a democracia racial. Entre estes nomes, segundo Konder, estavam Arthur César Ferreira Reis, ao construir a narrativa de que portugueses não

[59] SIBOIA, Napoleão. Em dois novos livros, a trajetória de Braudel. **O Estado de S. Paulo**, Caderno 2, 26 nov. 1995, p. D2.

eram racistas graças à sua pureza; Maurício de Medeiros, trazendo a bondade de colonizadores e gerando a solidariedade da Princesa Isabel durante a abolição, que teria salvado a população negra escravizada; Hamilton Barata, com seu nacionalismo, ao trazer a superioridade da nação brasileira pois a colonização havia gerado uma civilização bem-sucedida.

Se os primeiros anos foram marcados pelo forte conservadorismo e aproximações com a Geração de 1930, algumas mudanças passaram a ser evidenciadas após JK assumir a presidência e propor o projeto desenvolvimentista a partir do Plano de Metas. Entre os projetos que desenvolveriam o país, o campo da produção de conhecimento também foi abarcado. Com isso, a segunda metade da década foi marcada pelo que Konder chama de "historiografia nacional desenvolvimentista". Trata-se do momento em que instituições de ensino, grupos de pesquisas e produções editoriais se propuseram a refletir e aumentar suas pesquisas e produções para o campo da filosofia da História do Brasil, sobretudo rompendo com as narrativas anteriores para "desenvolver" daquele passado acrítico. Tais reflexões se expandiram principalmente depois da criação do Instituto Brasileiro de Economia e Política (IBESP), instituição de pesquisa que impulsionou a partir de sua fundação pelo historiador Hélio Jaguaribe. Após suas atividades serem encerradas, o IBESP gerou o que posteriormente viria a ser o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado por Jaguaribe e outros intelectuais buscando "contribuir para construir uma ideologia do desenvolvimentismo nacional identificado com anseios das massas populares"[60].

A criação do ISEB junto à organização da classe trabalhadora e dos partidos comunistas levou à criação de uma das maiores contribuições da produção historiográfica da década de 1950: a historiografia marxista. Nomes como Florestan Fernandes e Antônio Cândido trouxeram os debates em torno das relações de classe e raça para se construir e escrever a História do Brasil. Junto a eles, somam-se Caio Prado Jr., Nelson Werneck e Fernando Henrique Cardoso como referências da geração de historiadores marxistas. Caio Prado Jr., que inicia na geração de Sérgio Buarque de Holanda como "intérprete" do Brasil, começa a publicar nos anos anteriores, mas é durante a década de 1950 que expande suas análises historiográficas assumindo uma interpretação marxista na análise do passado histórico. Nelson Werneck, além da produção intelectual, também se organiza politicamente, principalmente com a formação do

[60] FRAGOSO, João Luís Ribeiro**. Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 363.

Partido Comunista do Brasil (PCB). Fernando Henrique Cardoso torna-se uma das influências no período gerando a escrita do livro “Capitalismo e Escravidão”.

Esses e outros pesquisadores geram, ao longo da produção historiográfica anterior à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964), uma escrita da história que foi o pontapé inicial e que se expandirá nos anos seguintes, sobretudo a partir da década de 1960, denunciando o mito da cordialidade, que se evidenciará pós-redemocratização do Brasil, período no qual as historiadoras negras se inserem e que será apresentado no capítulo seguinte. Desse modo, os últimos anos da década de 1950 e os primeiros da década de 1960 são marcados pela criação da Escola Paulista de Sociologia e Política, popularmente conhecido no campo epistemológico como Escola de Sociologia da USP. Esse espaço de produção e pesquisa que abarcou muitos historiadores aqui citados representou a expansão dos estudos de raça e classe em que o sujeito escravizado e pós-abolição era pesquisado e escrito enquanto agente ativo. Para Lúcia Helena, historiadora que também iniciou este tópico:

> Trabalhos ligados à Escola de São Paulo (Escola Paulista de Sociologia e Política) que abrigou cientistas como Florestan Fernandes, Emíllia Viotti, Fernando H. Cardoso, Roger Bastide, embasados em análises sociológicas marxistas, demonstraram que a instituição da escravidão marcou profundamente os ex-escravos e seus descendentes. Os meios violentos que nela havia, acabaram por aniquilar as características mais essenciais do caráter humano, deixando os negros no estado de passividade e anomia” (Oliveira, 1993, p. 15).

Portanto, a própria disciplinarização da História tem historicidade e marca a maneira como historiadores e historiadoras olharam e escreveram sobre os sujeitos no tempo e no espaço. Ainda hoje, nós, historiadores do tempo presente, observamos as consequências da disciplinarização da História. Seja em sala de aula e nos livros didáticos, nas metodologias de ensino pensando o ensino de História ou na maneira que olhamos para as fontes e os sujeitos históricos qual pesquisamos.

Como as encruzilhadas de Exu, trazidas no início deste tópico, nas décadas posteriores e houve outros caminhos, lugares, sujeitos e possibilidades para se pensar, pesquisar, construir e escrever a História do Brasil. Outros sujeitos adentraram às Universidades, vivenciando outros lugares, formações e contextos históricos. Formando sobretudo uma escrita da história pós-redemocratização do Brasil, durante as últimas décadas do século XX, quando surgiu uma nova geração de historiadores e historiadoras em um momento histórico marcado pela ascensão dos

movimentos sociais, feministas, da classe trabalhadora, dos movimentos negros, da população LGBTQIA etc, divulgando conhecimento, sobretudo nas Universidades.

Assim, surgem reivindicações como a (in)disciplinarização da História, propondo uma historiografia crítica e preocupada em analisar os movimentos historiográficos e a formação da história nacional através de outros sujeitos que foram historicamente invisibilizados, enquanto objetos de estudos, mas também aqueles e aquelas que contribuíram na produção de conhecimento histórico. Por fim, é fundamental compreender que a História da Historiografia brasileira, desde sua fundação, foi marcada por diversas mudanças, olhares para os sujeitos históricos e sobretudo, no surgimento de novos historiadores e movimentos historiográficos. Ao longo das últimas décadas, estes não haviam ganhado o mesmo lugar epistêmico de "cânones" da escrita da História do Brasil como a branquitude havia ganhado e sido enaltecida desde então. Todavia, tais mudanças tirarão as "máscaras do silêncio", quando estes grupos passarão a evidenciar seus conhecimentos e produções históricas, mesmo que através de outros espaços e estratégias para serem lidos, reconhecidos e divulgados. Pois, como Glória Anzaldúa pontua, "para sobreviver às fronteiras você deve viver *sin fronteras,* ser uma encruzilhada"[61].

[61] Grifo original. Na tradução do poema da intelectual chicana: "para sobreviver às fronteiras você deve viver sem fronteiras, ser uma encruzilhada." Ver em: ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/ La Frontera**: the new mestiza. São Francisco (EUA): Aunt Lute, 1987. p. 91.

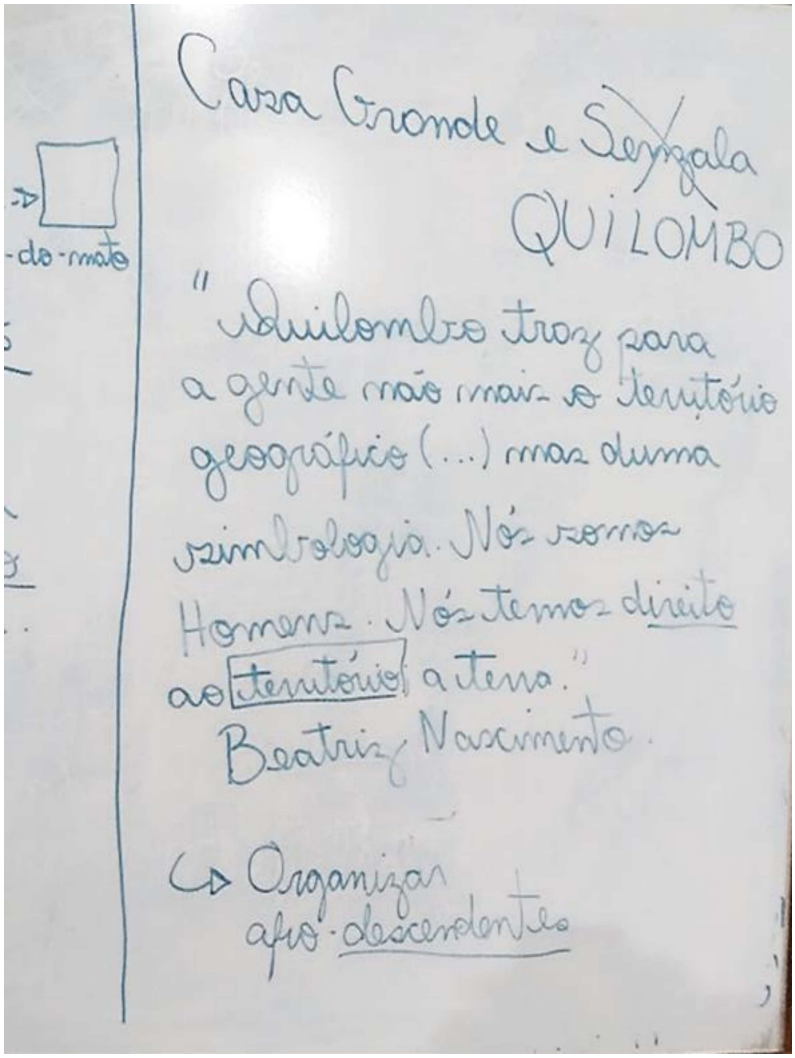
CAPÍTULO II: TERRITÓRIO

Este capítulo inicia-se a partir de uma cena: a aula de História ministrada aos estudantes de uma turma de 7º ano. Naquele momento, finalizávamos o conteúdo referente à História da África. Após as últimas aulas debatendo a construção do imaginário sobre o continente, a tradição oral e a diversidade dos reinos africanos pré-colonização, encerraríamos o conteúdo refletindo sobre as contribuições e a presença de elementos do continente na formação da história e da cultura afro-brasileira.

Começamos as discussões em torno do conceito de *quilombo.* Ao questioná-los sobre o significado da palavra, uma resposta foi majoritária: para os estudantes, quilombos eram onde viviam e se organizavam os negros afro-brasileiros. Nesses espaços de terra, durante o período escravista, africanos relembravam a memória de sua língua e território local, sua cultura e a diversidade de povos e reinos em que viviam antes de serem retirados de suas origens e escravizados em outras regiões, como o Brasil.

A partir da definição trazida pela turma, disse que escreveria no quadro as palavras de Beatriz Nascimento, uma importante historiadora brasileira que dedicou parte de sua pesquisa aos estudos dos quilombos. No mesmo instante os estudantes identificaram: as palavras da historiadora escritas no quadro iam de encontro às definições trazidas anteriormente por eles:

Figura 2: Lousa contendo escrito o conceito de "Quilombo" a partir da citação de Beatriz Nascimento no Documentário "Orí" (1989)



Fonte: Acervo pessoal. Nota de aula.

Assim como trabalhamos em sala de aula, recorro às palavras de Beatriz Nascimento para pensar o conceito que será base nas discussões entoadas neste capítulo: *território*. Conforme escrito na lousa e copiado no caderno pelos estudantes, a historiadora define *quilombo* enquanto um território não apenas geográfico, mas também simbólico. Em seguida, finaliza lembrando o direito ao território, que historicamente demarca a luta de comunidades quilombolas pela regulamentação de suas terras.

A escolha por recorrer às palavras de Beatriz Nascimento para iniciar as discussões aqui postas tem um porquê. Quando pensamos nas imagens de *quilombo,* geralmente vêm à

mente aquelas retratadas nos livros escolares, ou seja, um território geográfico em determinado período histórico onde residiam ex-escravizados. O que a historiadora pondera na citação acima é como os quilombos vão para além de um espaço geográfico parado no tempo e espaço. Isso significa que, para ela, quilombos têm inúmeros significados. Três deles, apontarei aqui.

Primeiro, a historiadora define o conceito de quilombo a partir de verbetes em dicionários, com destaque ao dicionário publicado por Aurélio Buarque de Holanda onde há escrito: "Quilombo. Do Quimbundo, União"[62]. Em seguida, traz os primeiros registros históricos de fontes portuguesas durante o período colonial, a partir de sua consulta aos arquivos do Conselho Ultramarino e assim pondera os resultados obtidos após as investigações:

> A primeira referência a quilombo que surge em documento oficial data 1559, mas somente em 1740, em 2 de dezembro, autoridades portuguesas definiam, a seu modo, o que significava quilombo: toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles. (Nascimento, 1985, p. 158).

Por fim, Beatriz Nascimento define *quilombo* através de suas palavras, considerando-o "territórios ou campo de guerra"; "local, casa sagrada onde processava o ritual de iniciação"; "acampamento de escravos fugitivos". A palavra "quilombo", de acordo com a historiadora, surge do "Kilombo". Esse conceito foi utilizado para denominar uma característica social povos africanos Imbangala através de um rito iniciático. Nas palavras da historiadora, este rito "baseava-se na prática da circuncisão, que expressava o rito de passagem, incorporando jovens de várias linhagens na mesma sociedade guerreira. Seriam kilombo os próprios indivíduos ao se incorporarem à sociedade imbangala."[63].

Durante as três definições pontuadas, palavras são recorrentes: lugares, territórios, locais e espaços. Seja nos documentos dos arquivos coloniais, nas palavras de Beatriz Nascimento ou nos verbetes de dicionários, é notório a correlação entre a existência dos quilombos e a importância do território para sua luta e formação. Voltando à imagem inicial do capítulo contendo as palavras escritas na lousa durante aquela aula com os estudantes, é possível perceber como o território foi e é excepcional para a organização da população negra e afro-diaspórica. Seja nos *kilombos* advindos do quimbundo em África, na formação de locais habitados pela população negra durante o período colonial, com principal exemplo de Palmares,

---

[62] NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: **Relações raciais, quilombolas e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

[63] Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiaspórica**, 1985.

na luta histórica durante a Constituinte de 1988 pela homologação do artigo que sancionava o direito legal às terras pelas comunidades indígenas e quilombolas. Junto a isso, a compreensão de que quilombos são espaços onde negros se organizam, seja no passado ou no tempo presente. Para Beatriz Nascimento:

> o quilombo é o espaço que ocupamos. Quilombo somos nós. Somos parte do Brasil. Esse Brasil democrático, revolucionário, que ajudamos a construir, é assim que queremos. Contra todas as forças conservadoras. Quilombo hoje é o momento de resgate histórico. Está presente em nós, entre nós, no mundo (Nascimento, 1990, p. 241).

A pensadora compreende esses espaços como locais geográficos, mas também simbólicos onde há resistência e organização da população negra liberta, conforme veremos a seguir. Seja nas rodas de samba, nos terreiros, nas favelas, as batalhas de hip hop, etc. Locais onde historicamente a população negra se organiza e que também são chamados *quilombos*: territórios ocupados por negros. Como trazido por Abdias Nascimento em seu poema "Padê de Exu Libertador[64]": "Sabes que em cada coração de negro há um Quilombo pulsando. Em cada barraco outro Palmares crepita. Os fogos de Xangô iluminando nossa luta atual e passada."

3.1. "*Outsider within*"[65]: entre as margens e os espaços oficiais

A socióloga Patrícia Hill Collins se tornou, nas últimas décadas, uma das principais referências para o campo da produção do que chama de "Pensamento Feminista Negro". Para Collins mulheres negras enquanto produtoras de conhecimento trazem contribuições não apenas para os estudos de gênero, raça e suas interseccionalidades, mas também para as demais áreas de conhecimento. Ao reler suas obras, vieram à tona reflexões fundamentais para pensar a relação entre o conhecimento produzido pelas mulheres negras e qual o espaço se inserem: Por que a produção intelectual de mulheres negras é vista como uma produção de conhecimento "específica"; "militante"; "não oficial"? Junto a isto, por que o conhecimento produzido pela branquitude é notório de "neutralidade"; merecedora de ocupar o campo de "produção oficial"?

---

[64] Poesia de Abdias Nascimento disponível em: NASCIMENTO, Abdias. Padê de Exu Libertador". In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **Os Orixás de Abdias**. Pinturas e poesia de Abdias Nascimento. Brasília: IPEAFRO e Fundação Cultural Palmares, 2006.

[65] Patrícia Hill Collins (1986) trabalha o conceito de *outsider within* a partir da pesquisa do sociólogo Mannheim (1954). Para a autora, *outsider within* não tem tradução, portanto significa "estrangeiros" na academia; ou "intelectuais marginais". Ver em: COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. [on-line]. v.31, n.1, 2016.

Como apontado por Edward Said, “não existe um pensamento puro ou neutro”[66]. O autor complementa: “somos agentes políticos e representamos onde e quem somos”. Quando Said escreve “onde e quem somos”, remete à questão fundamental para este capítulo: as mulheres negras historiadoras aqui mapeadas tiveram suas trajetórias marcadas por *onde* e *quem* eram. Os marcadores sociais da diferença[67] como o gênero, a raça e a territorialidade marcavam os espaços que elas poderiam ou não ocupar. O trabalho de análise das fontes demonstrou que muitas vezes os espaços “oficiais” da universidade, de congressos e mesas de debate não era geralmente ocupado pelas sujeitas da pesquisa. Com isso, as estratégias foram buscar em espaços “não oficiais” a maneira de divulgar conhecimento e de se articular a outros grupos e produtores de conhecimento que também pertencessem àquela comunidade.

A hipótese estabelecida a partir das análises das fontes é que as sujeitas da pesquisa, enquanto mulheres negras e historiadoras, ocupavam o lugar de “*outsider within*”, isto é, “estrangeiras” no meio de conhecimento que ocupavam. A relação entre estar “dentro, mas fora” dos debates, mesas e congressos acadêmicos demonstra as estratégias utilizadas nas relações de sociabilidade em que estavam: universidade, o espaço dos *“cânones”,* e os territórios negros, lugares das margens, das ruas e das *“encruzas”*. A escolha por trazer a relação entre essas duas palavras desde o título demonstra como esses dois espaços faziam parte das articulações das historiadoras durante esse período, como verificaremos em alguns exemplos a seguir. Elas se relacionavam com o espaço dos “cânones”, tiveram a oportunidade de apresentarem nas mesas oficiais de Congressos na Universidade e organizaram Congressos em que os auditórios eram ocupados majoritariamente pela população negra — como a Historiografia do Quilombo, organizada na Universidade de São Paulo (USP), a ser tratada neste capítulo. Mas também houve momentos em que a estratégia foi organizar mesas e debates nos corredores da universidade, pois não foram chamadas para as mesas oficiais.

Porém, não foi apenas em relação às universidades que se articularam. Foram nos territórios negros que divulgaram a maior parte de suas produções de conhecimento e organizaram-se também por outros espaços. As fontes levaram-me ao caminho das “encruzas”: das ruas, do Movimento Negro Unificado (MNU), da articulação do Movimento de Mulheres

---

[66] Ver em: SAID, Edward. **Orientalismo, O Oriente Como Invenção do Ocidente**. Tradução de Rosaura Eichenberg. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

[67] Para a autora, os marcadores de gênero, raça, classe, territorialidade etc. demarcam as diferenças que cada sujeito vivencia. CASTRO, S. E. E. Marcadores sociais da diferença: sobre as especificidades da mulher no Brasil. In: **XXIV Semana de Ciências Sociais**, Londrina, 2013.

Negras e a relação com o Movimento Feminista, dos Afoxés, das rodas de capoeira e na organização e circulação de jornais durante o período. Todos os espaços em que grande parte das historiadoras negras mapeadas nesta pesquisa participaram, ocuparam e divulgaram conhecimento. Nesses territórios negros, as historiadoras negras encontraram meios de se organizarem em comunidade, formando assim o que a geógrafa Raquel Rigotto chama de "territórios-redes"[68]:

> ao falarmos de territórios negros, estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum. [...] Foi assim que o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade. A partir daí, o terreiro passou a ser um elemento espacial fundamental na configuração dos territórios negros urbanos — são terreiros de samba, de candomblé, de jongo que atravessam a história dos espaços afro-brasileiros nas cidades (RIGOTTO, 2008, p. 76).

Por isso a escolha por trazer quilombo nas discussões iniciais deste capítulo: compreendendo-o não apenas através da formação histórica durante o período escravista, mas também como exemplo desses territórios-negros que se tornaram referência de territórios-redes, enquanto "modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto"[69]. Tais modos de resistência e organização da população negra, como apontado por Lélia González anteriormente, demonstram o papel das organizações negras nas quais as historiadoras inseriram-se.

Um exemplo é o de Martha Rosa Figueira Queiroz e sua relação com as comunidades de Afoxés, a qual posteriormente daria origem ao *Jornal "Negração"* (1988 – 1991). Desde sua formação na graduação em História (1986 – 1993), a historiadora dedicou-se aos estudos das comunidades afro-brasileiras de Recife. Durante o Mestrado, com *"Religiões Afro-Brasileiras do Recife: Intelectuais, Policiais e Repressão"* e posteriormente o Doutorado, intitulado *"Onde cultura é política. Movimento Negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995)"*, concluídos respectivamente na Universidade Federal de Pernambuco

---

[68] Para a geógrafa, os territórios-redes surgem enquanto articulação de grupos historicamente marginalizados. Dessa forma, os territórios negros (espaços de sociabilidade e organização da população negra) podem se tornar territórios-redes, isto é, redes de troca e organização, enquanto espaços em que podem se articular em comunidade advinda de trajetórias e marcadores sociais da diferença que têm em comum. Ver em: RIGOTTO, Raquel Maria. **Desenvolvimento, Ambiente e Saúde** - Implicações da (***de***)localização industrial. 1 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. v. 1.

[69] GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo Afrolatino Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020, p. 3.

(1996 – 1999) e Universidade de Brasília (2006 – 2010), pesquisou a formação dos Afoxés. Este não apenas era seu objeto de pesquisa, mas também o local em que participava ativamente. Martha Rosa trouxe para o debate historiográfico a análise das comunidades negras pós-abolição para além do eixo Sul-Sudeste.

Foi a partir do Afoxé Alafin Oyó que em 1988 surgiu o Jornal "Negração". O periódico foi um dos primeiros analisados durante o trabalho com as fontes. Naquele momento, buscava-os para o mapeamento de possíveis mulheres negras historiadoras. Além de encontrar o "nome e sobrenome", os jornais também me possibilitaram compreender essas redes de socialização em que as historiadoras se inseriam. Martha Rosa, além de sua formação e atuação na área da História, também era a diretora de imprensa e responsável por escrever e assinar matérias deste jornal surgido a partir da organização de um grupo majoritário de mulheres que participavam dos afoxés e do Movimento Negro Unificado (PE). A relação da historiadora com os movimentos negros e a imprensa negra possibilitou que divulgasse sua produção de conhecimento e articulasse em outros espaços, advindos dos territórios negros de que participava — como os afoxés, o MNU e a imprensa negra.

A capoeirista e historiadora Rosângela Janja Costa Araújo, também conhecida como "Mestra Janja", exemplifica em sua formação, produção e trajetória, a relação com os lugares que ocupou. Atualmente professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestra Janja é uma das percursoras e diretora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vale destacar o NEIM por sua relevância histórica como um dos núcleos de estudos institucionais pioneiros nos estudos de gênero e sexualidades no Brasil. Fundado em 1983, o Grupo contou com Mestra Janja como uma das suas principais articuladoras no momento que os estudos de gênero brasileiros estavam se formando:

> Criado em um momento em que os movimentos pela redemocratização do país se articulavam, dentre os quais, o movimento feminista, o NEIM congregou, inicialmente, pesquisadoras e professoras com uma história de militância nesses movimentos, como de resto aconteceu com boa parte dos núcleos dessa ordem surgidos na época[70] (Mano; Sardenberg, 2021, p. 2).

[70] Disponível em: MANO, Maíra Kubík Taveira; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. "Heleieth e as diferentes gerações de feministas do NEIM/UFBA". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021.

Além da atuação no NEIM, em sua trajetória, a historiadora também foi Consultora do Programa de Educação do Geledés Instituto da Mulher Negra, com fins de planejamento e avaliação de projetos de ação afirmativa no ensino superior para jovens negros e negras em 2024. É imprescindível mencionar sua relação com um espaço que perpassa toda sua trajetória, desde sua graduação em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) entre 1982 e 1989: a capoeira. Como Mestra Janja afirma, a capoeira consiste, nos campos de estudos, em instrumento de articulação da população negra, trazendo o que a historiadora chama de caráter anticolonialista, antirracista e antissexista, como demonstra a seguir:

> tomamos a capoeira como um campo de conhecimento inserido num contexto das epistemologias africanas no Brasil, dinamizada em seu caráter anticolonialista, antirracista e, mais recentemente, em seu caráter antissexista, entendendo mesmo em seu contexto o feminismo angoleiro como uma evidência de construção da equidade sócio-cognitiva e que posiciona a vida das mulheres negras num gingar que, como num jogo infinito, tem o propósito de nos manter em movimento lutando-jogando (Araújo, 2017, p. 12).

O título de "Mestra" utilizado na assinatura de Mestra Janja não remete apenas à titularidade acadêmica do Mestrado em História defendido pela Universidade de São Paulo (USP – 1995 a 1999) intitulado "Sou discípulo que aprende, meu mestre me deu lição: tradição e educação entre angoleiros baianos (anos 80-90)", ou do Doutorado em Educação intitulado "Iê, Viva me Mestre: a Capoeira Angola da escola pastiniana como práxis educativa" e defendido na mesma Instituição (2000 – 2004) ou do Pós-Doutoramento na PUC (2017 – 2018). "Mestra" refere-se também à hierarquia e importância histórica que a historiadora e capoeirista possui nos grupos de capoeira. Seja através de suas pesquisas acadêmicas ou pelas articulações com grupos locais, enquanto pesquisadora e capoeirista. Sua relação com o espaço da capoeira pode ser observada na incorporação de conceitos da capoeira na escrita de seus trabalhos acadêmicos. A título de exemplo, está o conceito de *"Ginga: Epistemologia feminista"*[71] desenvolvido por Mestra Janja para se referir aos movimentos epistemológicos presentes na escrita da História dos Estudos de Gênero do Brasil, os quais não podem ser analisados sem considerar as intersecções de gênero, raça, classe, sexualidade etc. Isso é tratado no trecho a seguir, em que contextualiza o movimento da "ginga" na capoeira com as estratégias de movimentos utilizadas historicamente por mulheres negras.

> Sendo este um exercício de enfrentamento à supressão de nossas experiências

[71] ARAÚJO, R.C. "**Ginga: uma epistemologia feminista**." Seminário Fazendo Gênero (11º). Anais Eletrônicos. Florianópolis (2017).

> e subjetividades é que tomamos a capoeira como um campo de conhecimento inserido no contexto das epistemologias africanas no Brasil, dinamizada em seu caráter anticolonialista, antirracista e, mais recentemente, em seu caráter antissexista, entendendo mesmo em seu contexto o feminismo angoleiro como uma evidência de construção da equidade sócio-cognitiva e que posiciona a vida das mulheres negras num gingar que, como num jogo infinito, tem o propósito de nos manter em movimento, lutando-jogando (Araújo, 2017, p. 13).

Tais exemplos demonstram a relação que as historiadoras estabeleceram também com outros espaços. A partir desses espaços, a produção intelectual de ambas se constituiu: seja por meio da contribuição para a história das organizações negras pós-abolição, como os Afoxés e a Imprensa Negra, para além dos casos estudados no eixo Sul-Sudeste por Martha Rosa; seja pela atuação na formação dos Estudos de Gênero no Brasil através do NEIM, na relação entre as rodas de capoeira e a conceitualização de elementos como "ginga" para a escrita acadêmica de "Mestra" Janja. Enquanto historiadoras, assumiram diferentes "lugares sociais", os quais incorporaram em suas pesquisas, assim como suas produções acadêmicas também foram influenciadas pelos lugares que ocuparam. A relação delas com tais territórios remete ao que o historiador Michel de Certeau conceitualiza como "lugar social"[72]:

> Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural (...) é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (Certeau, 1976, p. 66).

A partir das considerações de Certeau, é possível considerar que todo historiador e historiadora escreve a partir de um lugar — dentro ou fora dos espaços institucionais, congressos e produções da história disciplinar. O lugar em que o profissional da História se insere dirá também de suas perguntas às fontes históricas, dos interesses de pesquisa e da maneira que constituirá e divulgará sua produção de conhecimento. Mesmo "fora", "estrangeiras", "outsiders", mulheres negras não deixaram de buscar estratégias de ocupar espaços. Elas o fazem mesmo que pelas margens, pelos corredores, fora das programações "oficiais" dos eventos acadêmicos. Um desses exemplos, encontrado a partir da análise dos jornais, será apresentado a seguir.

---

[72] CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

3.2. A (não) presença da população negra no 33º Congresso da Sociedade Brasileira (1981)

Durante as análises dos periódicos, uma reportagem chamou atenção. Ao longo do texto, referiam-se ao importante evento acadêmico organizado pela instituição de ensino e pesquisa SBPC (Sociedade Brasileira para o Congresso de Ciências). O evento acadêmico era o 33° Congresso da SBPC, sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1981. Sendo uma instituição acadêmica reconhecida até o tempo presente, naquele ano, seu Congresso foi marcado por manifestações da população negra pesquisadora e militantes do MNU. Isso ocorreu principalmente pelo questionamento de pesquisadoras e pesquisadores negros que não foram reconhecidos e/ou convidados para estarem nas mesas oficiais do evento. Enquanto estratégia, muitos buscaram organizar mesas, falas e rodas de conversa em outros espaços da universidade: no evento acadêmico, mas fora de sua programação oficial. Tais movimentações e questionamentos da população negra pesquisadora durante os dias de evento foram de expressiva circulação, sendo percebidas nas matérias dos jornais que dedicaram as páginas das edições de 1981 para discutir a (não) presença da população negra pesquisadora no Congresso.

Figura 3: “SBPC Discute Raça”

Continuação da página 2

A prof. Maria Batriz do Nascimento defendeu o tema **Quilombos, Mudança Social ou Conservantismo** explicando que quilombo não era apenas esconderijo de negro fujão mas sim povoações conscientes de estar construindo a vida comunitária em novas bases, organizando a população para a resistencia para a produção para uma vida independente e livre.

A advogada Orlanda Campos preocupada com os direitos do negro fez uma análise da **Lei Afonso Arinos** onde apontou vários defeitos dessa lei destinada a punir os acusados de atitudes discriminatórias.Entre essas falhas esta a facilidade de se discriminar de modo indireto (por exemplo, o anuncio : Precisa-se pessoas de boa aparencia) ou então a ridicula multa de Cr$ 20,00 (vinte cruzeiros). Por isso Orlanda acha que alei precisa ser reformulada ou substituida. O senador Nelson Carneiro que participou como observador, na condição de único negro no Senado se comprometeu a trabalhar nesse sentido.

No simpósio do dia 12 7 participaram a prof. Maria Beatriz do Nascimento, coordenadora, Carlos Alberto Medeiros do IPCN-Instituto de Pesquisa de Cultura Negra além do psicanalista Aldulsio Moreira da Silva e o geneticista Newton Freire Maia. Carlos Alberto

SBPC DISCUTE RAÇA
(conclusão)

Socióloga Beatriz Nascimento e Carlos Alberto Medeiros, do Instituto de Pesquisas de Cultura Negra, do Rio de Janeiro.

Fonte: JORNEGRO, 4 ed. São Paulo, set. 1978, p. 2.

No recorte do Jornal *JORNEGRO,* na edição de setembro de 1978, demonstra a de Beatriz Nascimento e Carlos Alberto Medeiros, representando o *Instituto de Pesquisas de Cultura Negra* (IPCN) durante o Congresso. Grupos de pesquisas como esse e o *Grupo de Trabalho André Rebouças* (GTAR) vinham ganhando notoriedade, chegando a organizar congressos como a *Conferência de Historiografia do Quilombo*[73] realizada na Universidade de São Paulo (USP) em 1977. Formado em 1975, o IPCN popularizou enquanto referência para os estudos da população negra no Brasil, ganhando notoriedade também em chamada pública e convidando os leitores do JORNEGRO a se associarem:

[73] A Conferência de Historiografia do Quilombo fez parte da Quinzena do Negro, organizada por docentes e discentes negros da Universidade de São Paulo (USP). As imagens do evento estão disponíveis no documentário Orí (1989), produzido por Beatriz Nascimento.

Figura 4: "Instituto de Pesquisas das Culturas Negras"

Instituto de Pesquisas das Culturas Negras

Fundado em 8 de julho de 1975 e com sede própria à Av. Mem de Sá, 208, Estácio — Rio de Janeiro, vem o IPCN desenvolvendo um trabalho voltado para a divulgação da Cultura Negra e promoção social do Negro no país, através de estudos, seminários, conferências e entrevistas sobre o passado cultural, a verdadeira significação do negro na sociedade brasileira, ontem e hoje; espetáculo de música, dança, canto, teatro e cinema; organização de mostras de artes plásticas; intercâmbio com instituições congêneres nacionais, representações diplomáticas, centros culturais e universidades estrangeiras; atividades diversas na comunidade, compreendendo escolas de samba, conjuntos habitacionais, terreiros, enfim todos os lugares onde possa se desenvolver redutos da cultura afro-brasileira.

CONHEÇA O IPCN! ELE TEM MUITO A TROCAR COM VOCE!

O IPCN tem nova direção

Em Assembléia Geral realizada no dia 8 de maio, às 20 horas, os associados do IPCN, visando à pronta normalização da vida da entidade e à preparação da nova diretoria que regerá o destino da instituição a partir de 20 de novembro (Dia de Zumbi) empossaram uma Junta Governativa, que assim ficou constituída:

Presidente		— Orlando Fernandes
Vice-Presidente	Administrativo	— Almir da Silva Lima
"	Cultural	— J. Carlos Limeira
"	de Finanças	— Olympio Marques dos Santos
"	de Rel. Públicas	— Jorge Cândido
Diretor	Administrativo	— Yedo Ferreira
"	Cultural	— J. Ricardo d'Almeida
"	de Finanças	— Jorge Batista de Assis
"	de Rel. Públicas	— Wilson Jorge de Paula

Fonte: SINBA, 3 ed. Rio de Janeiro, ago. 1979, p. 5.

Esses espaços, grupos e congressos "não oficiais" foram fundamentais para que produtores de conhecimento negros passassem a se inserir, sobretudo pensando na construção de uma narrativa segundo a qual a população negra não era mais escrita através apenas dos olhares da branquitude, como salienta Beatriz Nascimento durante sua fala no Congresso em 1977:

> Durante os quatro séculos da escravidão nós vemos ver a atuação do negro brasileiro como um homem participante de uma sociedade, embora negando às vezes a sua origem racial. Quando cheguei na Universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo, como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para a fazenda e para a mineração (ORI, Beatriz Nascimento, 1989).

Todavia, mesmo com organizações de eventos e grupos pensando as ciências da população negra, ainda eram restritos e fora do interesse da maioria dos pesquisadores. Seguiam, assim, sendo colocados em um lugar de "margem", sobretudo em relação aos grandes nomes e congressos da História e Historiografia que vinham aumentando durante a segunda metade do século XX. Outro exemplo obtido através das análises das fontes ocorre também no 33° Congresso da SBPC, quando a presença de intelectuais negros como Lélia González, Beatriz do Nascimento e Helena Teodoro ocorreu não nos espaços e mesas da programação "oficial", mas nos corredores e espaços paralelos do evento acadêmico. Após questionamentos de pesquisadores e pesquisadoras negras, o evento acadêmico finalizou sendo palco de uma marcha de pesquisadores e não pesquisadores afrodescendentes reivindicando maior circulação, reconhecimento e visibilidade da ciência do negro, como se demonstra a seguir.

Figura 5: Marcha do MNU BA na 33º Reunião SBPC. Luiza Bairros e Ana Célia da Silva (estampa da Lélia Gonzalez).

Fonte: Foto de Juca Martins (1981).

Entre as fontes analisadas, outro Jornal também trouxe para o debate o 33° Congresso da SBPC: “Jornal Nêgo – Jornal do MNU”. Inicialmente organizado pelo Movimento Negro Unificado (MNU)/Bahia, o “Jornal Nêgo” tomou uma dimensão em caráter nacional ao longo da década de 1980 e com isso, passou a levar “Jornal do MNU” anexado no título. Duas matérias tomam o destaque nas edições 2 e 3 do Jornal: primeiro, ganha destaque a reportagem de “O Movimento Negro Unificado na 33ª reunião anual da SBPC”.

Conforme pontuado anteriormente, o “Nêgo” assim como outros jornais da imprensa negra, estava presente em diversos espaços em que a população negra participava. O Movimento Negro Unificado (MNU) se constituiu em diferentes espaços, inclusive na universidade — como citado anteriormente através da Conferência da Historiografia do Quilombo (USP). Militantes acadêmicos buscavam estratégias de divulgação na universidade, produziam e divulgavam conhecimento, ao mesmo tempo que também ocupavam outros

espaços, como as reuniões do MNU, palestras, atos políticos etc. A título de exemplo, os próprios jornais divulgavam palestras e eventos acadêmicos, dicas de leituras e traduções de escritores, a fim de popularizar o acesso às obras produzidas por intelectuais negros em diversas regiões — conforme demonstrado na sessão "livros" na edição 1 do Jornegro (1981) indicando livros de Amilcal Cabral e Samora Marchal, atualizando a população brasileira sobre os conflitos durante as lutas por independência dos países africanos.

Assim como o "Jornegro", o "Nêgo – Jornal do MNU" também escreveu matérias sobre o Congresso da SBPC e sobre a participação da população negra – organizada no MNU ou não. Se anteriormente fora apontada a marcha que gerou a fotografia histórica "Pelo ensino da História e Ciência negra", agora serão retratados outros espaços que a população negra também ocupou durante o Congresso. Uma das mesas oficiais contou com a presença de Lélia González, Helena Teodoro, Tereza Cristine Nascimento e Lúcia Helena Oliveira Silva. Lélia González e Lúcia Helena foram não apenas como mulheres negras, mas também como intelectuais pesquisadoras das relações de gênero e raça na História do Brasil.

CAPÍTULO III: MEMÓRIA

O campo da "memória" é um dos grandes desafios da produção historiográfica desde sua disciplinarização no século XIX. Ao longo da História da Historiografia, tal conceito foi — e permanece sendo — definido e debatido, sobretudo através das disputas de poder que o cercam junto às relações entre passado e tempo presente. Para o historiador Jacques Le Goff, "a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos"[74]. Nessa lógica, não há como pensarmos memória sem relacioná-la com as seleções e interesses que nela estão envoltas. A definição do historiador levou-me ao questionamento o qual conduzirá a escrita deste último capítulo: se a memória é constituída de seleções e interesses, quem a constrói? Quais grupos historicamente obtiveram o poder de selecionar as memórias e narrativas que seriam lembradas e/ou esquecidas? Deste modo, se a pergunta inicial da dissertação foi "qual o corpo do sujeito historiador?" a finalizarei com o questionamento: "a interesse de quais corpos a memória é construída?". Le Goff sugere caminhos para tal reflexão:

> A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Goff, 2003, p. 426).

Para o historiador, determinados grupos e sujeitos detentores do poder manipulam a memória de acordo com seus próprios interesses. Isso é perceptível ao observarmos as placas de ruas e os nomes de quais sujeitos são presentes nelas; a construção de monumentos, estátuas e quem eles homenageiam etc. A memória coletiva brasileira é um dos grandes exemplos para pensar em tais relações de manipulação e poder construídas historicamente e que até o tempo presente são naturalizadas no imaginário brasileiro. Durante o período escravista, a imagem da "mucama"; "mulata"; "Mãe preta" e do "Pai João" foram construídas para definir determinadas reações de escravizados. Tais definições foram construídas por grupos dominantes — população branca escravocrata — e permanecem em nossa memória coletiva brasileira até o presente. Seja na literatura, nos programas e novelas de televisão, em filmes etc. Nessas

---

[74] LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 32.

representações culturais, a população negra foi definida através de papéis de escravizados, domésticas, atrelados ao tráfico e à violência. Figuras como a "Tia Nastácia", a "Mucama/Mãe Preta"; "Tio Barnabé", o "Pai João" e "Xica da Silva", a "mulata" formam nosso imaginário nacional. Nestes três exemplos, Lélia Gonzalez escreve como a proposta seria criar narrativas de negros que "representariam o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão"[75].

Durante as análises das fontes, encontrei uma entrevista de Zezé Motta, mulher negra e atriz brasileira responsável pela atuação de "Xica da Silva" na primeira versão da novela exibida (1996), que nos ajuda a pensar sobre a formação desse imaginário e a responsabilidade dos meios de comunicação durante o período que reforçavam tais narrativas — como a de Xica da Silva enquanto uma mulher negra escravizada e vista como a "mucama" e a "mulata", resumida à sensualidade e à inserção na sociedade escravista.

[75] GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez**: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018, p. 39.

Figura 6: “Entrevista com Zezé Motta”

ZÉ MOTA

M.N.U. — Por internalizar a ideologia dominante o Negro se tornou um grande patrulheiro sexual, e cobra isto de você, pois tem a Zezé Motta como uma Mulher Negra, Atriz e Cantora mais consciência de Brasil, o que você acha destes fatos?

ZEZÉ — Bem, esta explosão de "Gostosura" e sensualidade ocorreu depois do filme "Xica da Silva" quando se começou a dizer que eu era a mulher "Sexy" do ano e que eu era bonita etc. Procurei a professora Lélia Gonzalez, minha amiga e conselheira, e lhe contei o que estava acontecendo, dos grilos que estavam pintando na cabeça das pessoas. Chegamos a conclusão que a questão possuia dois lados: o da negra que estava sendo vista como Objeto Sexual pura e simplesmente e o da negra sendo vista como Padrão de Beleza num País em que o modelo de beleza é o padrão ariano, e que deram uma chancezinha à mulata. Sempre negaram qualquer concurso da beleza ou estética à mulher negra. Esta questão, portanto, tem aspectos negativos e aspectos positivos e também me deixa encucada pois além da luta contra o racismo. sou contra a repressão sexual. Este meu posicionamento em palco está contido em minha personalidade, modo de expressão. Mas se o MNU acha que esse comportamento em cena pode passar uma imagem negativa para a Mulher Negra e que isso pode desviar a atenção do público de meu talento e postura política, estou disposta a pensar nisso com carinho, sendo que isso não pode acontecer derepente.

Fonte: “Nêgo” – JORNAL DO MNU, 1 ed. Bahia, jul. 1981, p. 2.

Na entrevista, a atriz discorre sobre a construção do imaginário por trás de sua personagem. Como trazido *em "A negação do Brasil*[76]*"*, produção audiovisual do cineasta Joel Zito, Xica foi uma personagem emblemática na história da TV brasileira, sendo um dos primeiros papéis de destaque para atrizes e atores negros. Todavia, apenas décadas depois a atuação negra na televisão passou a ter maior agência em outros papéis que não apenas atrelados à violência e escravidão. Assim como o número de produtores e cineastas negros criando outras narrativas, para além da História oficial, passaram a ocupar cada vez mais espaços.

A entrevista de Zezé Motta também faz referência à Lélia Gonzalez, no momento que a atriz pontua suas conversas com a historiadora, demonstrando o debate público a que tais discussões chegaram, não se restringindo apenas aos artigos e conferências, mas pensando também em como determinadas memórias formaram o que seria o papel da mulher negra na sociedade brasileira.

Na formação da República do Brasil (1889), iniciada um ano após a abolição da escravidão (1888) tais imagens sobre a população negra foram criadas para justificar o que viria a ser a nação brasileira: além do "homem cordial" de Sérgio Buarque de Holanda, intelectuais pós-abolição produziram a chamada "ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial"[77]. Deste modo, pontuavam a "miscigenação" das relações interraciais ocorridas durante o período escravista como a principal responsável por gerar a harmonia entre as raças — sem considerar, portanto, as violências físicas, psicológicas e sexuais que permearam tal "harmonia racial". Tais ideologias cravaram-se no imaginário social construindo memórias. Todavia, o que vem acontecendo nas últimas décadas são as investigações sobre a origem histórica de onde tais imaginários surgiram e quais as outras possibilidades de olhar para a formação da memória brasileira, seja no passado ou no tempo presente.

Re-pensar e re-construir outras narrativas é o compromisso que os movimentos sociais — com destaque ao movimento negro brasileiro — e historiográficos pensando a re-escrita da história da escravidão vêm organizando a fim de reivindicar e apontar os nomes, narrativas e memórias que até então estiveram à margem e/ou esquecidas.

> Essas reivindicações envolvem, portanto, não só direitos a reparações materiais e simbólicas, como também o que se convencionou chamar de "dever de memória" (Heymann e Arruti, 2012). Ou seja, a luta para que

[76] ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil**: o Negro na Telenovela Brasileira. São Paulo, Editora Senac, 2000.

[77] GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez:** primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018, p. 49.

> determinados acontecimentos como as histórias do tráfico e da escravização não sejam esquecidos, para que continuem presentes na memória de grupos e nações e para que sejam registrados na memória pública do país (Mattos, Abreu, Guran, 2014, p. 269).

A partir dessa "indisciplinarização" da História — campo historiográfico em que esta dissertação também se insere e busca a repensar a Teoria da História a partir de outros nomes, referências e possibilidades, para além das abordagens "oficiais" — que o último capítulo se constrói, pensando que, assim como a história, a memória também é constituída dos corpos e dos lugares em que inserem. Dessa maneira, a escolha por iniciar as discussões em torno das disputas da memória e as imagens de controle que formaram o imaginário coletivo brasileiro tem a principal intenção de conduzir para as reflexões entoadas no tópico seguinte. Se primeiramente foi discorrido sobre as imagens oficiais que construíram a memória coletiva brasileira, agora veremos a partir das outras possibilidades. Se antes o papel das mulheres negras era narrado pelo olhar branco e escravista, a intenção aqui é trazer alguns exemplos, no tempo presente, em que nós, mulheres negras, rompemos com as definições postas no passado e assumimos a produção, a narrativa e a autodefinição de outras memórias, para além daquelas que constituíram a memória coletiva brasileira e nos reduzia aos papéis de Anastácias, Xicas etc.

4.1. "Anastácia livre": rompendo as máscaras de silêncio

No capítulo "CORPO" foi apresentada uma pintura marcante: "Anastácia amordaçada". Como mencionamos anteriormente, Grada Kilomba discorre sobre os efeitos das "máscaras do silêncio" representados pela mordaça cobrindo a boca de Anastácia escravizada. Para além das raízes históricas enquanto instrumento de tortura e violência colonial, a máscara também obtinha efeitos simbólicos: silenciar; impedir a fala; o questionamento. Portanto, se a boca de Anastácia permanecia coberta na imagem, quem falava por ela? Que histórias foram contadas e quem as contou? Retorno aos questionamentos aqui e agora para trazer outra imagem. A pintura do artista visual Yhuri Cruz, chamada *"Anastácia Livre!"*. Nela, é possível observar outras memórias em torno de Anastácia, retratadas agora através dos olhares de um artista jovem negro brasileiro. A pintura de Yhuri é emblemática por nos suscitar diversas reflexões: simbolicamente, ao retirar a máscara da boca daquela mulher na pintura, o artista demonstra que não haveria mais a máscara para silenciá-la. Assim, na representação contemporânea, Anastácia poderia autodefinir sua narrativa a partir de si mesma, poderia falar e não seria mais silenciada.

Figura 7: Frente e verso do santinho de Anastácia Livre (Cruz, 2019).

Fonte: Site do artista. Disponível em: http://yhuricruz.com/2019/06/04/monumento-a-voz-de-anastacia-2019/. Acesso em: 02 de abril de 2024.

A imagem acima, em uma espécie de "santinho", remonta às tradições cristãs e santifica Anastácia. Ao lado da pintura, há um texto intitulado *"Oração à Anastácia Livre"*. No decorrer da oração, uma frase ganha destaque: "Conquistastes tua voz". Se no capítulo anterior Anastácia era representada através da simbologia da mordaça, como pontuado por Grada Kilomba, agora é vista sem a máscara que não a permitia falar cobrindo seu rosto. Intencionalmente trago essa versão do artista Yhuri Cruz para pensar a memória a partir de nossas *escrevivências*. Anastácia vem simbolizada pela voz, quando rompemos com os silêncios e construímos nossas narrativas não mais pelo olhar e definição do "Outro". Por isso o capítulo final fecha a tríade entre *CORPO-TERRITÓRIO-MEMÓRIA*, pensando que memória também é produzida em alguém e a partir de um lugar. Portanto, refletir sobre a memória a partir do corpo e lugar que mulheres negras historicamente constituem é ponderar que parte das memórias foram narrativas construídas através de outros olhares e definições de como achavam que era (ou deveria ser) a escrita de nossa História. A partir do momento que rompemos com o silêncio, rememoramos e reescrevemos outras memórias, já não mais por outros olhares, mas a partir das *escrevivências* e autodefinições. Após séculos de silenciamentos, as mulheres negras

estão ocupando os espaços, as narrativas e protagonizando enquanto agentes de suas próprias histórias. Como Audre Lorde assinala, “não só as diferenças nos imobilizam, mas sim os silêncios”[78]. É rompendo com os silêncios que construímos memórias em que protagonizamos, exercício que apontaremos a seguir.

4.2 **“Guardiãs da Memória”**

Em entrevista à historiadora Ana Flávia Pinto Guimarães, Martha Rosa fala a respeito da organização arquivística do Acervo Negritos – Imprensa Negra. Ao longo das respostas, Martha Rosa, uma das historiadoras negras aqui pesquisadas, remete às mulheres negras de sua geração como “Guardiãs da Memória”. Utilizarei as palavras desta historiadora para iniciar as discussões desse tópico. Pensando o conceito de Memória a partir destas “Guardiãs”, como descrito por Rosa durante a entrevista.

Alguns exemplos serão apresentados a seguir em torno de jornais e reportagens que mostram formas de, na atualidade, ocuparmos outros espaços, principalmente no campo de profissionalização de História. Se na geração de Martha Rosa historiadoras negras utilizavam-se das “margens”, como os movimentos sociais e a imprensa negra alternativa para ocuparem espaços, serem lidas e ouvidas; nas gerações posteriores, passamos a ocupar também outros espaços, como Universidades, gerenciamento de Museus, cargos públicos etc. Embora o racismo e o sexismo institucionais ainda permaneçam, seja com a geração de mulheres negras do passado ou do tempo presente.

Considerando o momento de escrita dessa dissertação, é possível observar transformações históricas que ocorreram no tempo presente. Notícias de mulheres negras historiadoras ocupando diversos espaços muito se relacionam e nos ajudam a pensar nas estratégias que se iniciaram décadas atrás para que hoje possamos seguir e ocupar outros espaços, não apenas nas margens e corredores de congressos. Pela primeira vez desde a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)* durante o século XIX, que marca a fundação da História enquanto ciência no Brasil, temos no ano de 2023 Ana Flávia Magalhães Pinto, primeira historiadora negra empossada diretora-geral do Arquivo Nacional. Essa instituição que, ao longo das últimas décadas, fora direcionada majoritariamente por uma branquitude masculina, como descrito anteriormente.

---

[78] Ler em: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: Ensaios e Conferências. Tradução de Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Figura 8: “Ana Flávia Magalhães assume a direção do Arquivo Nacional nesta sexta feira”.

Fonte: Reportagem disponível em: <Ana Flávia Magalhães assume a direção do Arquivo Nacional nesta sexta-feira — Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (www.gov.br)>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

A presença de Ana Flávia Pinto ocupando a Gestão do Arquivo Nacional demarca a luta histórica de mulheres negras historiadoras, que há décadas buscaram estratégias para receberem a devida notoriedade em suas produções científicas e o reconhecimento enquanto profissionais de História. Também nesse mesmo ano, sob o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o primeiro comitê de *Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas,* vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Sob coordenadoria-geral de Fernanda do Nascimento Thomaz, que, assim como Ana Flávia Magalhães, integra o grupo de historiadoras negras que vêm ocupando espaços fundamentais para a História brasileira.

Figura 9: “Pesquisadora Fernanda Thomaz assume chefia no ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania”.

Fonte: Reportagem disponível em: <Pesquisadora Fernanda Thomaz assume chefia no ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Notícias UFJF>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

Além das notícias acima, destaca-se também uma importante mudança recente sobre a formação de redes ocupadas por pessoas negras profissionais de História: a criação da rede *Historiadorxs Negrxs*, que nos últimos anos têm tido o papel de mapeamento, formação de redes e divulgação da produção de historiadoras negras e negros brasileiros. Juntamente à divulgação de conhecimento e articulação de pesquisadoras e pesquisadores negros, grupos como a rede *Historiadorxs Negrxs* são de suma importância para maior visibilidade e protagonismo de pessoas não brancas, atuando principalmente no campo da pesquisa historiográfica, ocupado majoritariamente pela branquitude.

É possível observar um caso recente divulgado nas redes sociais e amplamente discutido em torno do questionamento: "quais historiadores têm articulado as associações nacionais de grande relevância para o campo da História?" Esse questionamento se deu em relação à postagem recentemente publicada nas redes sociais da *Associação Nacional de História* (ANPUH), maior associação historiográfica em nível nacional. A publicação realizada nas redes sociais e meios de divulgação oficiais da ANPUH no ano de 2023 celebra a inserção de mulheres historiadoras junto às contribuições que obtiveram para a historiografia brasileira. Todavia, entre as historiadoras selecionadas havia um marcador de raça em comum: a branquitude. Esta publicação amplamente divulgada e discutida trouxe um questionamento fundamental para esta pesquisa, refletindo o passado histórico ou suas permanências até o tempo presente: É possível considerar os marcadores de gênero apenas, sem considerar as interseccionalidades que o perpassam? Mulheres não brancas também se formaram historiadoras? Se sim, por que não as conhecemos, não sabemos seus nomes e não lemos suas produções?

Figura 10: Dia Internacional da Luta das Mulheres – nossa homenagem às mulheres que construíram a ANPUH-BRASIL.

Fonte: Postagem publicada no perfil da ANPUH na rede social "twitter". Disponível em: <https://t.co/vNtJfsGLfX" / X (twitter.com)>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

Esse último exemplo demonstra como ainda há bastante a caminhar, sobretudo pelo reconhecimento da produção historiográfica organizada pela intelectualidade negra, seja durante a década de 1980, seja no tempo presente. Assim como mostram as palavras de Glória

Maria Oliveira a seguir, os marcadores de gênero, raça, territorialidade, sexualidade etc. ainda demarcam os espaços "permissíveis" a determinados grupos sociais. Porém, o que a pesquisa da trajetória e produção de historiadoras negras tem ensinado é sobre as estratégias que historicamente mulheres negras buscam para serem ouvidas, reconhecidas e inseridas. Mesmo se as violências epistêmicas não nos derem espaço entre os "cânones", serão nas encruzas, em outros espaços, formando redes, que seguiremos, pois, como aponta Maria da Glória Oliveira, trazer a agência e a produção de outros sujeitos para além da "História Oficial" possibilita outras referências do que a historiadora chama de "memória interdisciplinar":

> Nossa memória disciplinar, porém, configurou-se em torno da figura masculina, branca e heterossexual de historiador, que, desde a invenção do gênero historiográfico entre os antigos até a profissionalização de suas práticas com os modernos, esteve sempre associada à corporificação de virtudes epistêmicas e competências cognitivas específicas (Ohara, 2016). O termo "exclusão epistêmica" serve precisamente para designar padrões ideais e regulatórios do funcionamento dos campos disciplinares baseados em estereótipos de gênero, de raça ou de classe social. Ou seja, em um mundo social estruturado pelo racismo, sexismo e outras formas de opressão, os membros da comunidade acadêmica internalizam, em graus variados, tais padrões excludentes, tomando-os como os verdadeiros protocolos de credibilidade na produção do conhecimento e, consequentemente, de autoridade, os quais avaliam os enunciados dos sujeitos a partir de critérios alheios aos saberes em questão, causando prejuízo epistêmico para as mais diversas áreas. [79] (Oliveira, 2023, p.7).

Mesmo diante dos enfrentamentos do racismo e do sexismo institucional, mulheres negras permanecem buscando nas estratégias e em Dororidade maneiras de permanecerem produzindo conhecimento, ocupando espaços de direito e reescrevendo memórias a partir de seus marcadores de gênero e raça, não sendo mais apenas o objeto de pesquisa, mas sim assumindo o protagonismo enquanto produtoras de conhecimento, olhando e escrevendo sobre o passado a partir de suas *escrevivências historiográficas* e escritas na primeira pessoa, assumindo o papel de "Eu" e não mais de "Outro", ou seja, como sugere Giovana Xavier: "Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história".

[79] OLIVEIRA, Maria da G. de; HANSEN, Patrícia S. Corpos, tempos, lugares das historiografias. História da Historiografia, Ouro Preto, v. 16, p. 3-13, 2023.

4.3 Futuro Ancestral

> *"Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui"*[80] *(Krenak, 2022, p. 11).*

Neste último tópico recorro às palavras de Ayrton Krenak para pensar as continuidades de "nossa luta atual e passada"[81]. Krenak discorre sobre a possibilidade de que, se existir um futuro, ele seja pautado e organizado pela ancestralidade, pelos ensinamentos e estratégias daqueles e daquelas que vieram antes de nós. Nesse futuro, os ensinamentos ancestrais de cada uma dessas mulheres negras historiadoras mostrará como é possível *esperançar*. Em outras palavras: para o futuro, a memória de cada uma dessas historiadoras negras transforma-se em esperança para a construção de novas memórias, outras possibilidades e maior visibilidade. Um futuro em que mulheres negras que estão ingressando a universidade possa chegar no curso de História sabendo os nomes, sobrenomes e importância histórica de outras mulheres negras que, assim como nós, também produziram conhecimento histórico e fazem parte da lista de nomes que são referência para escrita da História do Brasil. Esperançar, segundo Paulo Freire, "é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir. Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo"[82].

Assim, o último capítulo se encerra com duas imagens a fim de pensar em como é possível *esperançar* na possibilidade de um futuro ancestral. As imagens a seguir foram retiradas de um dos espaços que mais me formaram junto à pesquisa: a sala de aula. Dividir a rotina entre a sala de aula e a pesquisa acadêmica gerou inúmeros desafios. Todavia, também muito me fez tomar consciência de como a pesquisa muito esteve presente em sala de aula e vice-versa. No espaço escolar, pude observar o *esperançar* em novos futuros, em que mulheres negras historiadoras (e não apenas) tomam um lugar de agência.

Com os estudantes, pude encontrar a imagem de Beatriz Nascimento ilustrando o livro didático para auxiliar na definição de "Historiador". A descoberta da imagem foi de grande

---

[80] KRENAK, Ayrton. **Futuro ancestral**. Companhia das Letras, 2022.

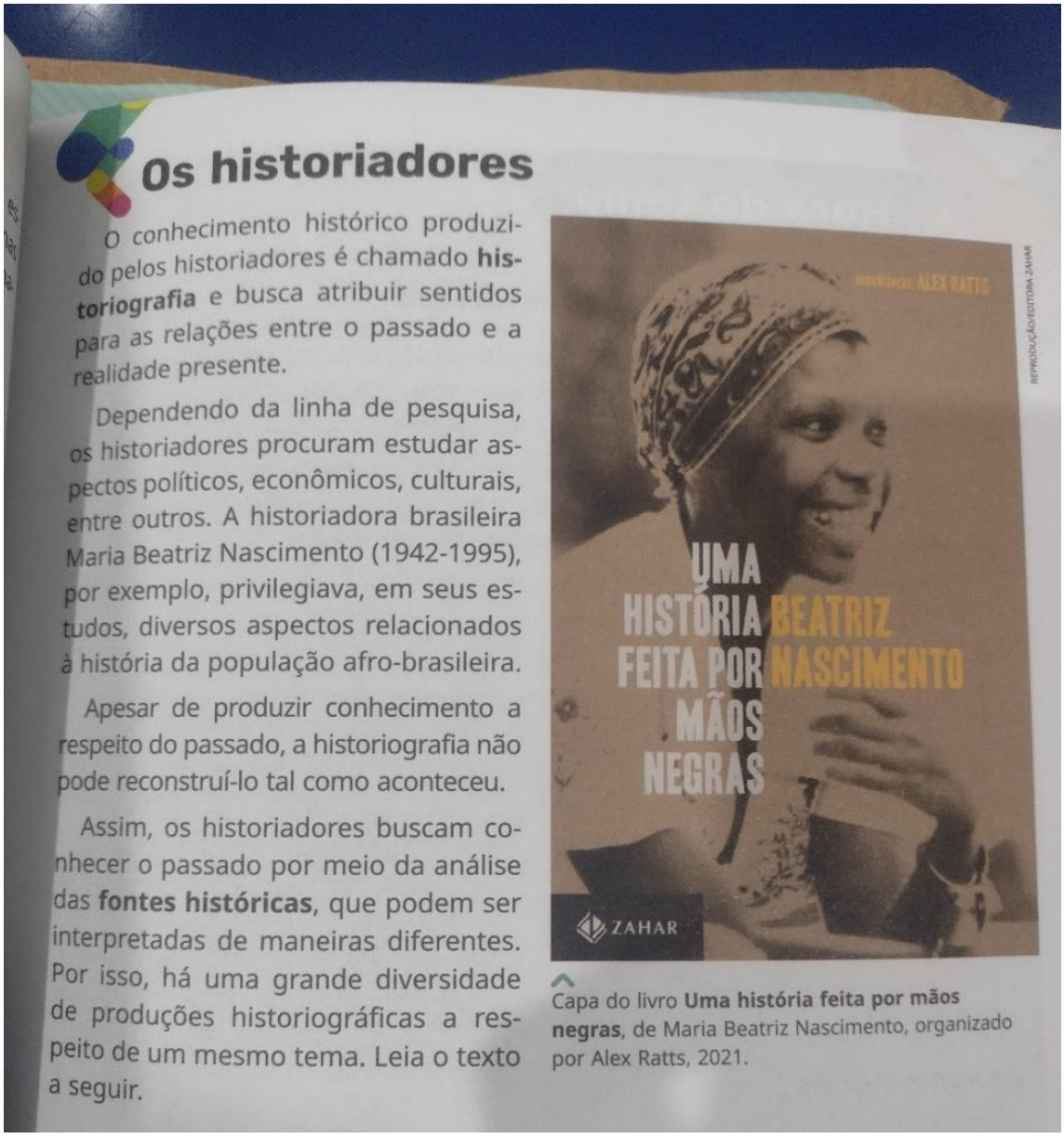
[81] Trecho retirado do poema de Abdias Nascimento. Disponível em: NASCIMENTO, Abdias. Padê de Exu Libertador. *In:* NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **Os Orixás de Abdias**. Pinturas e poesia de Abdias Nascimento. Brasília: IPEAFRO e Fundação Cultural Palmares, 2006.

[82] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

alvoroço, porque mostrou como é possível re-pensar a pergunta feita no capítulo “CORPO”: a partir daquele instante, quando perguntasse “qual é o corpo do sujeito historiador?” as alunas e alunos já lembrariam que o corpo, o gênero e a raça de Beatriz Nascimento também podem ser a imagem de um historiador ou historiadora. Em seguida a mesma imagem é mostrada para a turma, que recebe com entusiasmo a notícia de que o livro que aparece no livro didático dessa historiadora negra era o mesmo que tinham em mãos.

Reações como “nossa, professora, é a mesma historiadora que estudamos no livro didático” e “onde consigo este livro? Adorei pegar o livro que aparece na foto de nosso livro didático”. As imagens a seguir foram retiradas de aulas ministradas para a turma de 7º ano de uma escola municipal do município de Santos Dumont, na qual leciono como professora de História para turmas do Ensino Fundamental II.

Figura 11: “Os historiadores”, livro didático 7º ano.



Os historiadores

O conhecimento histórico produzido pelos historiadores é chamado **historiografia** e busca atribuir sentidos para as relações entre o passado e a realidade presente.

Dependendo da linha de pesquisa, os historiadores procuram estudar aspectos políticos, econômicos, culturais, entre outros. A historiadora brasileira Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), por exemplo, privilegiava, em seus estudos, diversos aspectos relacionados à história da população afro-brasileira.

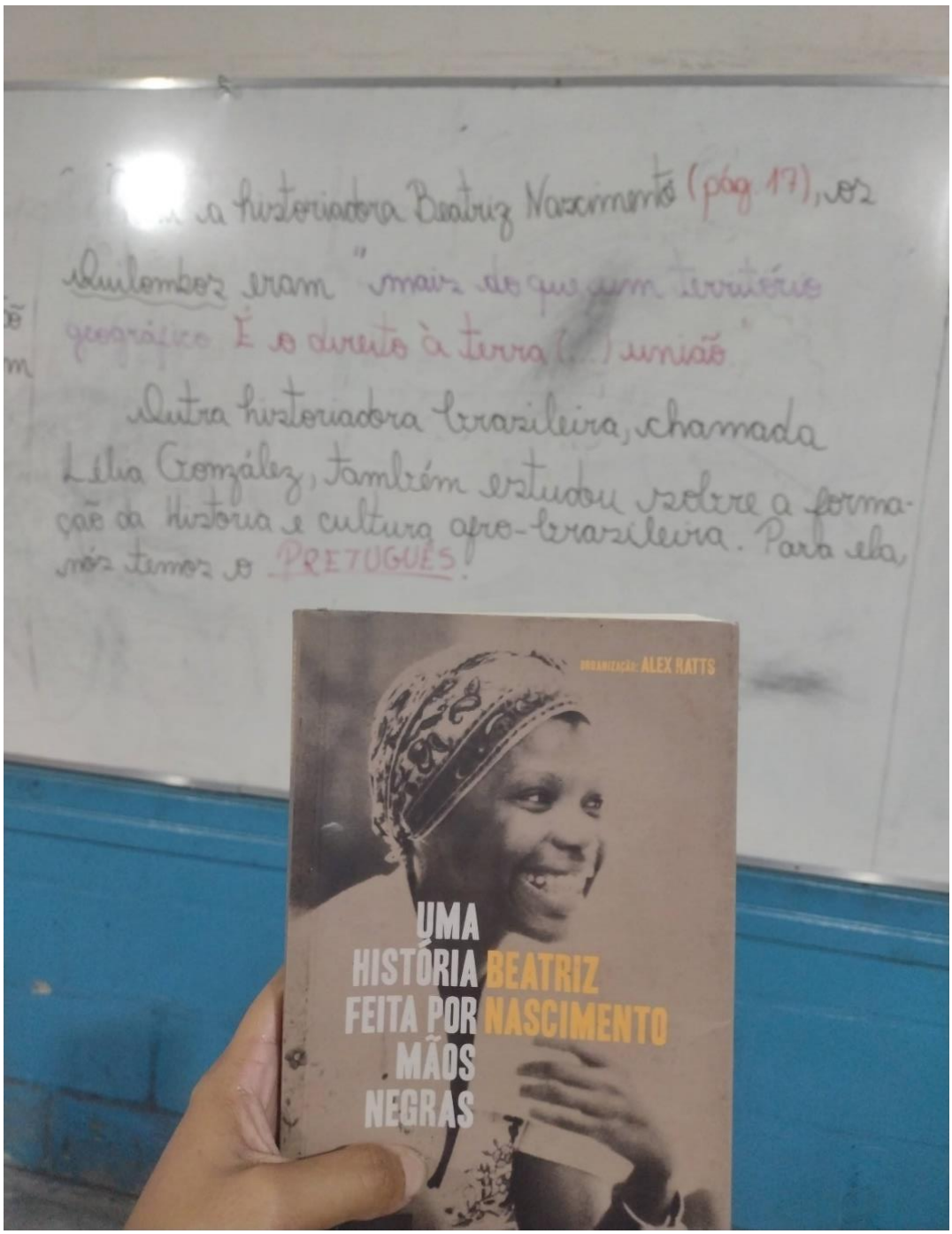
Apesar de produzir conhecimento a respeito do passado, a historiografia não pode reconstruí-lo tal como aconteceu.

Assim, os historiadores buscam conhecer o passado por meio da análise das **fontes históricas**, que podem ser interpretadas de maneiras diferentes. Por isso, há uma grande diversidade de produções historiográficas a respeito de um mesmo tema. Leia o texto a seguir.

Capa do livro **Uma história feita por mãos negras**, de Maria Beatriz Nascimento, organizado por Alex Ratts, 2021.

Nota de aula. Acervo pessoal

Figura 12: Livro de Beatriz Nascimento apresentado à turma do 7º ano do Ensino Fundamental II.



Nota de aula. Acervo pessoal.

As imagens acima mostram, entre tantas possibilidades e práticas no ensino de História, como é possível conciliar teoria e ensino. Concentrando-nos no principal objetivo desta dissertação, as imagens tangenciam outras possibilidades de respostas para a pergunta feita à outra turma de estudantes, já posta neste texto: "Qual o corpo do sujeito historiador?" A partir de outras imagens e referências, outras respostas passam a ser possíveis, nas quais o corpo do sujeito historiador passa a ser visto como um corpo diverso, que não se limita à uma definição e a um lugar "oficial", apenas. Não é mais determinado por um único gênero, raça e territorialidade, mas visto de diversas formas, nas quais os próprios estudantes também se reconhecem, enxergando-se também como agentes ativos na História.

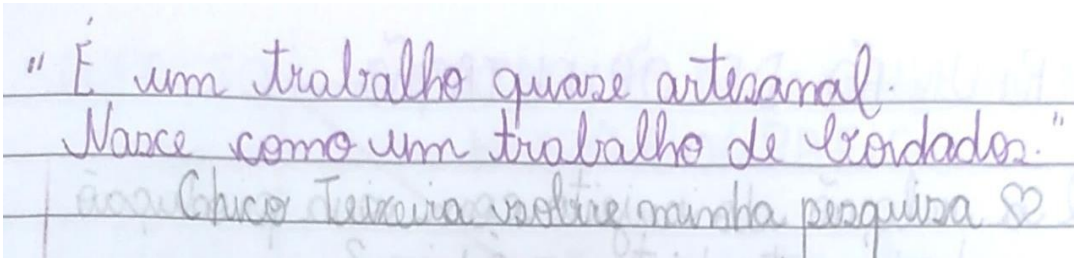
Encerrar este capítulo com imagens de momentos vivenciados com os estudantes em sala de aula mostra que ações como as retratadas acima podem ser cada vez comuns, uma vez que estas imagens, nomes e corpos são cada vez mais visíveis e reconhecidos desde a graduação em História, principal processo formativo de graduandas e graduandos como futuros professores e historiadores.

Assim torna-se possível aprender sobre as "encruzas", mesmo que historicamente os "cânones" tenham sido os principais nomes citados como referências de produtores de conhecimento histórico. A intenção aqui, ao pensar na possibilidade de futuro, não é deixar de citar ou rememorar a vasta produção intelectual e historiográfica brasileira, mas sim de compreender que a produção de conhecimento nacional foi e é formada por diversos sujeitos, que nela as mulheres negras também se inseriram e se inserem. Mulheres negras não devem, nessa perspectiva, serem lembradas apenas através de campos de conhecimento "militantes" ou "específicos". Elas devem ser reconhecidas, ao longo da História da Historiografia brasileira, como sujeitas que produziram e produzem conhecimento sobre diversos aspectos que ajudam a construir e pensar a Escrita da História do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais, recorro às primeiras palavras escritas em um caderno de anotações que me acompanha desde o primeiro dia de Mestrado. Entre fichamentos, ideias, listas de nomes e referências escritas ao longo desses anos de pesquisa, destaco uma em especial, rascunhada na primeira página de um caderno. Com esta frase, finalizo as últimas considerações deste trabalho, representando todo processo e caminho percorrido até aqui:

Figura 13: Nota de caderno



Acervo pessoal.

A frase *"É um trabalho artesanal. Nasce como um trabalho de bordados*" foi dita pelo professor doutor Francisco Teixeira durante a disciplina *"História, Cultura e Poder"*, cursada durante o primeiro ano de Mestrado pelos discentes do Programa de Pós Graduação em História (PPGH – UFJF). Recordo-me que ao longo das aulas desta disciplina, cada discente apresentaria sua pesquisa e em seguida discutiríamos junto ao professor, em seminários. No dia de minha exposição, após as trocas com os demais colegas que também ingressaram no Programa de Pós-Graduação em História naquele ano, o professor disse a frase acima. Logo em seguida a escrevi no caderno, a fim de retornar àquelas palavras como um lembrete, para cada vez que "faltasse linha" naquele "bordado" chamado pesquisa.

As palavras do professor foram marcantes por representarem os desafios que enfrentaria ao decidir seguir no ensejo que me cercava há anos, desde quando achava que o campo da historiografia não me pertencia ou que deveria desistir de buscar respostas aos meus questionamentos sobre a presença de mulheres negras na História da Historiografia brasileira. Ao campo da teoria, do qual por anos desviei, por medo de ser mais uma "outsider within",

hoje agradeço por todo acolhimento e aos pares que me fizeram ter a certeza de que sim, é neste caminho que desejo seguir: pesquisar, escrever e compartilhar Teoria da História, pensando-a também através de outros sujeitos e referências, que existem e produzem conhecimento historiográfico, independentemente de seu gênero, raça, sexualidade ou territorialidade. Por isso acolhi a definição dita do professor durante aquela aula e compreendi o significado de quando o associou ao trabalho de uma artesã. Deste que assumi o compromisso com essa pesquisa e as mulheres negras historiadoras e sujeitas deste trabalho, precisaria construí-la e escrevê-la com cuidado e atenção. Moldando-a nos detalhes e nas entrelinhas, onde encontraria as historiadoras: através das margens, dos congressos realizados nos corredores das universidades, no ativismo do Movimento Negro Unificado (MNU) e dos feminismos negros e sobretudo, na produção e divulgação de conhecimento através do Jornalismo Independente, onde muitas escreveram, atuaram e divulgaram suas produções.

Portanto, como um bordado, o desafio que enfrentaria durante a pesquisa seria tecer cada linha, desvendar nos arquivos o nome de cada historiadora, a fim de responder a minha pergunta inicial: *existiram* historiadoras negras brasileiras nas décadas anteriores à minha geração? E se existiram, onde estavam? Quais seus nomes, sobrenomes, trajetórias e pesquisas? Essa pesquisa, que se iniciou enquanto uma busca por respostas aos questionamentos daquela mulher negra e estudante de História que fui, finaliza na compreensão de que ainda há muitos caminhos para seguir. Estes caminhos futuros começam referenciando, divulgando e tornando visível o conhecimento produzido por aquelas e aqueles que vieram antes de nós, abrindo caminhos. Nesta pesquisa de Mestrado concentrei-me no mapeamento destas historiadoras negras a fim de responder aquele questionamento inicial: sim, existem mulheres negras historiadoras com produções historiográficas fundamentais para a escrita da História do Brasil, quais inserem-se também à lista de historiadoras e historiadores de relevância para o campo de pesquisa relacionado à Historiografia Brasileira.

5.1. Por que sou levada a escrever?[83]

Em 1981, Glória Anzaldúa publica o texto “Falando em línguas. Uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. Neste momento, parte das mulheres negras sujeitas desta pesquisa ingressavam à Universidade para cursar História. A década de 1980, como discorrido anteriormente, marca um momento de grandes transformações históricas e

[83] ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista de Estudos Feministas**, v.8, n.1. ISSN 1806-9584, Florianópolis, Brasil, 2000.

epistemológicas. Sendo parte dessas mudanças relacionadas aos contextos históricos, giros epistemológicos, ascensão dos movimentos sociais e sobretudo a inserção de grupos historicamente marginalizados em espaços institucionais, como a Universidade. A produção acadêmica neste momento assume o protagonismo também de pessoas negras, mulheres, da classe trabalhadora e população LGBTQIA. Novas produções acadêmicas, linhas e grupos de pesquisas ganham notoriedade, quando outros agentes estudam e divulgam seus trabalhos, pesquisas e contribuem para uma nova escrita da História, marcada pela História Social.

Neste contexto novos campos e agentes de pesquisa propõem estudos a partir do lugar social que ocupam, por isto a escolha por intitular e finalizar este último tópico remetendo às palavras escritas por Glória Andaldúa ao refletir sobre por que é levada a escrever? Como resposta, a autora complementa:

> Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escreve. (Alzandúa, Glória, 1981, p. 232).

Ao falar de memória, diz também das indagações sobre quais memória são lembradas ou não. A escrita proposta por grupos historicamente marginalizados, sobretudo durante a década de 1980, qual Anzaldúa e as historiadoras negras agentes da pesquisa se inserem, marcam outras possibilidades para uma escrita da História em que assumem o protagonismo e não são vistos apenas como o "Outro". Escrever sobre o "não dito", como citado acima, torna outras trajetórias, grupos e memórias visíveis.

Dito isso, reitero que intenção aqui, devido ao tempo do Mestrado, foi concentrar-me no trabalho de investigação e mapeamento para enfim responder: "Sim, existem historiadoras negras", sobretudo ao longo da década de 1980. A inserção de nossos corpos nos espaços que

discutem e produzem História não vem de hoje, pois, como pontua Jurema Werneck: *"Nossos passos vêm de longe"*[84]. Posto isso, suas trajetórias e pesquisas também existem, têm viabilidade e contribuição para a escrita da História do Brasil, mesmo não ocupando majoritariamente os espaços acadêmicos nas últimas décadas, devido ao racismo e sexismo epistêmico.

A produção historiográfica negra e feminina não é apenas um campo específico dos estudos de gênero e raça, mas se insere na geração de historiadoras e historiadores que trouxeram contribuições e transformações fundamentais para a historiografia brasileira – considerando principalmente o período aqui selecionado, a década de 1980 no Brasil advinda das transformações epistemológicas para a escrita da história do brasil através de outros olhares, sobretudo no que se refere aos estudos da História Social e da Escravidão, como complementa a historiadora Thainá Santos.

> Produzir conhecimento e documentar as trajetórias históricas das mulheres no Brasil é um desafio necessário. Ainda mais quando se almeja observar o passado das mulheres negras, que permanece acobertado por hierarquias de raça e gênero. E, o trabalho de pesquisa histórica tem apontado para caminhos possíveis rumo à superação desses obstáculos (Santos, 2021, p. 1).

Deste modo, a produção e a divulgação de conhecimento de diversos sujeitos são excepcionais não apenas para campos de estudos mais "específicos", mas suas contribuições tornam-se fundamentais para compreender História do Brasil. Finalizo essa escrita direcionando-me especialmente à mulher negra estudante do curso de História que fui. E assim respondo alguns seus questionamentos: "sim, a presença historiadoras negras não vem de hoje". Mulheres negras produzem conhecimento historiográfico há décadas e não se resumem apenas aos nomes de Lélia González e Beatriz Nascimento, como anteriormente acreditava. O trabalho de investigação para saber, a princípio, *SE* existiram historiadoras negras, passou para a intenção de saber *ONDE* estão as historiadoras negras. No tempo presente, existimos, ocupamos espaços e transformamos a história disciplinar. Nas décadas anteriores, hoje sabemos que sim, nós sempre estivemos aqui. Com estratégias aplicadas para além dos espaços oficiais,

[84] Disponível em: BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WRITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras:** nossos passos vêm de longe. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006.

produzimos, construímos espaços, contribuímos fundamentalmente para compreensão da formação histórica da sociedade brasileira.

Ainda há muito trabalho pela frente. Neste trabalho, a principal finalidade foi encontrar seus nomes e sobrenomes para que, quem sabe, no futuro, suas produções sejam tão visíveis quanto as de Lélia e Beatriz, as quais têm (mesmo após décadas) ganhado reconhecimento nos últimos anos. Faço isso a fim de que seus nomes e sobrenomes não sejam apenas notas de rodapé, mas referência para compreender o Brasil.

Por fim, que cada vez mais possamos fazer da justiça epistêmica um compromisso ancestral, firmado com a geração anterior, das que vieram antes e para as gerações que estão por vir. Enquanto sujeitas, agentes e não apenas objetos de estudos, pois, conforme Geovana Xavier lembra: que possamos "trocar mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história". Que nossos corpos sejam os agentes principais e produtores de conhecimento, reconhecidos, visíveis e vivos.

E assim, essas "Atlânticas", fazendo referência ao Atlântico citado por Beatriz Nascimento no documentário "Orí", fazem laços e ligações, entre o passado e possibilidades de percursos futuros. Onde cada uma dessas "Guardiãs da Memória", como Martha Rosa as chama, tornam-se visíveis. Como sempre foram. Como lutaremos para elas (e outras) não deixarem de ser. Pois, novamente rememorando Conceição Evaristo: "Eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias"[85].

[85] Para as religiões de matrizes africanas, as "Yabás" representam as Orixás femininas, tais como Oxum, Iemanjá, Iansã, Nanã e Obá. Disponível em: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

FONTES

O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA. Chimamanda Ngozi Adichie. TEDx. Disponível em: https://youtu.be/qDovHZVdyVQ. Acesso em: abr. 2024.

NEGRITOS. Arquivo documental. Disponível em: www.negritos.com.br

ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil**: o Negro na Telenovela Brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2000.

CRUZ, Y. **Monumento à voz de Anastácia**. Yhuri Cruz, [s. l.], 4 jun. 2019. Site do artista. Disponível em: http://yhuricruz.com/2019/06/04/monumento-a-voz-de-anastacia2019/. Acesso em: abr. 2024.

ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. Disponível em: https://www.facebook.com/uniaodetodasasnacoes/videos/1878768139068550/.

BRASIL. Lei n. 12.711. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Documento disponível em: L12711 (planalto.gov.br).

ANPUH. Dia internacional da luta das mulheres - Nossa homenagem às mulheres que construíram a ANPUH-Brasil. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ana Flávia Magalhães assume a direção do Arquivo Nacional nesta sexta-feira. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Brasília, 14 de março de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/canais_atendimento/imprensa/avisos-de-pauta/ana-flavia-magalhaes-assume-a-direcao-do-arquivo-nacional-nesta-sexta-feira. Acesso em: 25 de julho de 2023.

UFJF. Pesquisadora Fernanda Thomaz assume chefia no ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Notícias UFJF, Juiz de Fora, 14 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://www2.ufjf.br/noticias/2023/02/14/pesquisadora-fernanda-thomaz-assume-chefia-no-ministerio-dos-direitos-humanos-e-da-cidadania/. Acesso em: 25 de julho de 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/ La Frontera: the new mestiza**. São Francisco (EUA): Aunt Lute, 1987.

_____. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.8, n.1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880. Acesso em: fev. 2023.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p.229-232, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/twzH93CnWDDZSCCzHtKyqxx/. Acesso em: abr. 2022.

ARAÚJO, R.C. **"Ginga: uma epistemologia feminista."** Seminário Fazendo Gênero (11º). Anais Eletrônicos. Florianópolis (2017).

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WRITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras:** nossos passos vêm de longe. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006.

BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. In; BARROS, Myriam M. de. Memória e família. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 10.

BENTO, Cida. Branquitude – O lado oculto do discurso sobre o negro**.** *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Bento (Orgs.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de Assembleia**.** Tradução de Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A operação histórica**. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1., p. 99-127, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: fev. 2023.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV.AA. Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00000011.pdf. Acesso em: fev. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 1.ed. - Rio de Janeiro: Palhas: Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

_____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GONZÁLEZ, Lélia. Jornal Mulherio, São Paulo, Ano 2, n. 7: 4, mai.- jun, 1982.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244. Disponível em: 0200120-2020: Leitura complementar - GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244. | e-Disciplinas. Acesso em: jan. 2023.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica. *In:* RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afrolatino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *In*: **Revista Estudos Históricos 1** – Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, 1988.

GOTTO, Raquel Maria. **Desenvolvimento, ambiente e saúde:** as implicações da (des)localização industrial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira – 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História:** Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n.2, abr. - jun., 2018.

LOPES, Carlos. A Pirâmide invertida - historiografia africana feita por africanos. *In*: **Actas do 'Colóquio Construção e Ensino da História de África Lisboa**, Linopazas, 1995.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: Ensaios e Conferências. Tradução de Stephanie Borges.1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 27, n. 54, p.255-273, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado De Exceção, Política Da Morte. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, dez. 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **Axés do Sangue e da Esperança**. (orikis), Rio de Janeiro: Achiamé/Rio Arte, 1983.

_____. Padê de Exu Libertador. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) **Os Orixás de Abdias.** Pinturas e poesia de Abdias Nascimento. Brasília: IPEAFRO e Fundação Cultural Palmares, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombolas e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Revista Afrodiaspórica, 1985.

_____. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidades nos dias da destruição. Local: Filhos da África, 2018

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria**. Uma introdução a história da historiografia brasileira (1870-1970).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de**.** Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). **História**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2007.

_____.; HANSEN, Patrícia S. Corpos, tempos, lugares das historiografias. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, p. 3-13, 2023.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2019.

QUEIROZ, Martha Rosa F. (2011). Do Angola ao Djumbay: imprensa negra recifense. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS** (UFU. Impresso), v. 24, p. 531-554, 2011.

RATTS, Alex. e GOMES, Bethania (Orgs.). **Todas (as) distâncias:** poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Editora Ogum Toques Negros, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Diversidade, espaço e relações sociais:** o negro na Geografia do Brasil. Org. Renato Emerson dos Santos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RUFINO JUNIOR, Luis Rodrigues. Exu e a pedagogia das encruzilhadas: Sobre conhecimentos, educações e pós-colonialismo. *In*: **VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias**: Movimentos Sociais e a Educação, Rio de Janeiro, 2015.

SAID, Edward. **Orientalismo, O Oriente Como Invenção do Ocidente.** Tradução de Rosaura Eichenberg. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. *In:* LERNER, J. (Org.) **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SANTOS, Thainá Silva. Ouvindo os silêncios, repensando a História e produzindo conhecimento sobre o passado das mulheres negras no Brasil: o caso de Rita Cesarino. **Revista de Fontes**, v. 10, p. 107-130, 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez, 1995.

SIBOIA, Napoleão. **Em dois novos livros, a trajetória de Braudel**. O Estado de S. Paulo, Caderno 2, 26 nov. 1995, p. D2.

SILVA, Lúcia H. O. **Estratégias da sedução**: mulher escravas apre(e)ndendo a liberdade. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas. Disponível em: Aprendizado da liberdade: estratégias de mulheres escravas na luta pela emancipação. Acesso em: ago. 2022.

XAVIER, Giovana. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo "território existencial" historiográfico. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 11, n. 22, 2022. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/849. Acesso em: jan. 2023.

APÊNDICE

ANEXO A – Levantamento De Fontes: Acervo “Negritos”

1. Nêgo / Jornal Do MNU:

NOME DO JORNAL	DATA / LOCAL	TÍTULO / PÁGINA	ASSINATURA	CONTEÚDO
Nêgo – Jornal do MNU http://negritos.com.br/2019/01/15/nego-no-1/	Julho /81. Bahia. Nº 1	“Treze de maio: Abolição?” (p. 2)	Ana Célia	Crítica à “falsa abolição” e as desigualdades que a população negra enfrenta no Brasil, no Pós abolição.
Nêgo – Jornal do MNU http://negritos.com.br/2019/01/15/nego-no-1/	Julho /81. Bahia. Nº 1	Dia Internacional da Mulher (p. 7)	Sem assinatura	Contexto histórico relacionado ao dia 8 de março. Em seguida traz as especificidades das mulheres negras no Brasil: embranquecimento, emprego, mito da democracia racial e do conceito de “mucama”.
Nêgo – Jornal do MNU http://negritos.com.br/2019/01/15/nego-no-1/	Julho /81. Bahia. Nº 1	“Entrevista com Zezé Motta” (p. 8)	Sem assinatura	Entrevista com a atriz brasileira Zezé Motta. Ao longo da matéria, a atriz fala sobre a importância da historiadora Lélia González na construção de sua personagem na novela “Xica da Silva”.
Nêgo – Jornal do MNU - Edição 2 http://negritos.com.br/2019/01/15/nego-no-2/	Novembro? /1981. Ed. 2. Bahia	“Para não esquecer...” (p. 7)	Ana Célia	Trajetória e contribuições do militante, pesquisador e escritor Olympio Marques dos Santos (Salvador)

Nêgo – Jornal do MNU - Edição 2 http://negritos.com.br/2019/01/15/nego-no-2/	Novembro? /1981. Ed. 2. Bahia	"O Movimento Negro Unificado na 33ª reunião anual da SBPC" (p. 8)	Sem assinatura	SBPC – Sociedade Brasileira para o Congresso da Ciência (realizada em Salvador / UFBA, de 5 a 18 de julho de 1981). Foi um evento mais acadêmico, que contou com a presenta do MNU e diversos militantes / pesquisadores nas mesas.
Nêgo – Jornal do MNU - Edição 3	Março/1982. Ed. 3. Bahia	"Grupo de Mulher do Movimento Negro Unificado – A mulher negra" (p. 5)	Grupo de Mulheres do MNU/BA	Informa a criação do grupo dentro do MNU/BA, as propostas e as futuras reuniões – abertas não exclusivamente às mulheres -
Nêgo – Jornal do MNU - Edição 3	Março/1982. Ed. 3. Bahia	"A mulher negra e a discriminação racial" (p. 5)	Trabalho apresentado pelo bloco carnavalesco Olodum, no evento do Seeneb – 1982 – Salvador – BA	Matéria assinada pelo Olodum busca trazer uma contextualização histórica trazendo as violências às mulheres negras e seus filhos – que, escrito, inicia em África e vem até os pós abolição.
Nêgo – Jornal do MNU - Edição 3	Março/1982. Ed. 3. Bahia	"Propaganda Negro – Negra só doméstica" (p. 6)	Sem assinatura	
Nêgo – Jornal do MNU - Edição 3	Março/1982. Ed. 3. Bahia	"MISS Afro-Bahia" (p. 10)	Ana Célia	Informa sobre o evento, mas também critica os padrões estéticos da branquitude nos concursos de Miss Brasil

Nêgo – Jornal do MNU - Edição 5	Sem mês/. Ed. 1983. Bahia	"Sobre a questão do Aborto" (p. 5?)	Grupo de Mulheres do MNU	
Nêgo – Jornal do MNU – Edição 6	Junho. Ed. 1984. Bahia	"E a mulher negra?" (p. 6?)	Grupo de Mulheres do MNU/BA	Questões políticas e de projetos de lei, como o direito ao abordo (trazem a crítica de como mulheres negras e pobres são as mais atingidas sem a legalização).
Nêgo – Jornal do MNU – Edição 7	Nov. Ed. 1984. Bahia	"O que o 20 de novembro representa para você"		Entrevistas com militantes do Movimento Negro Unificado.
Nêgo – Jornal do MNU – Edição 7	Nov. Ed. 1984. Bahia, p. 7	"Mulher negra"		Trajetória do Mov. de Mulheres da Bahia ao longo do ano + pesquisa de opinião pedindo para as assinantes opinarem sobre o uso de anticoncepcionais.
Nêgo – Jornal do MNU – Edição 9.	Nov. Ed. 1985. Bahia, p. 8	A importância da religião negra no processo de descolonizaç ão	Marco Aurélio Luz	
Nêgo – Jornal do MNU – Edição 10.	Maio. Ed. 1986. Bahia, p.	Fala Crioulo	Sônia Ribeiro – Grupo de Mulheres do MNU	

2. Jornal Negração:

NOME DO JORNAL	DATA / LOCAL	TÍTULO / PÁGINA	ASSINATURA	CONTEÚDO
Jornal Negração – Ed. 1 (Ed. de lançamento)	Nov/Dez 1988, Ed. 1, Olinda (PE)	EXPEDIENTE	NEGRAÇÃO (sem autoria)	Informa sobre quem constrói o jornal. Diretoria de imprensa: Martha Rosa, Alzenide, Márcia Capa: Edna Lopes Colaboração: Maria das Neves e Rosa Azevedo
Jornal Negração – Ed. 1 (Ed. de lançamento)	Nov/Dez 1988, Ed. 1, Olinda (PE). Pag. 4	Mulher Negra na Política	NEGRAÇÃO (sem autoria)	Entrevista com Vera Baroni, candidata pelo PT, enfermeira.
Jornal Negração – Ed. 1 (Ed. de lançamento)	Nov/Dez 1988, Ed. 1, Olinda (PE). Pag. 5	Mulher dirige Afoxé	Axé Alafin	Entrevista com LÚCIA CRISPIANO, educadora e votada como nova diretora do Afoxé Alafin Oyó (Recife)
Jornal Negração – Ed. 1 (Ed. de lançamento)	Nov/Dez 1988, Ed. 1, Olinda (PE). Pag. 6	MEMÓRIA	Inaldete Pinheiro de Andrade	Assinatura aparece como: "Inaldete Pinheiro de Andrade – Enfermeira, educadora, escritora, militante do MNU/PE, dedicando especial atenção à Literatura Infantil e à questão da Mulher Negra
Jornal Negração – Ed. 1 (Ed. de lançamento)	Nov/Dez 1988, Ed. 1, Olinda (PE). Pag. 8	1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS Local: RJ Data: 25 a 27\11\88 ou 2 a 5\12\88		
Jornal Negração – Ed. 2	Fev/Mar 1989, Ed. 2, Olinda (PE). Pag. 5 e 6	"Semente foi plantada"	Cobertura: Maria do Rosário; Inaldete Pinheiro de Andrade; Maria Lúcia Gomes dos Prazeres; Vera Baroni (PT)	Cobertura do I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, realizado em Valença (RJ) entre 2 a 4 de dezembro de 1988.
Jornal Negração – Ed. 2	Fev/Mar 1989, Ed. 2, Olinda (PE). Pag. 8	MURAL PICHE		"2º encontro nacional de empregadas domésticas. Aconteceu em 19 a 22 de jan/89 em SP. As

				companheiras, discutiram seus relatos estabelecidos pela Constituinte”
Jornal Negração – Ed. 3	Fev/Mar 1990, Ed. 3, Olinda (PE). Pag 1	EDITORIAL	Afoxé – Axé Alafin	“Entendemos que a IMPRENSA ALTERNATIVA é uma arma que não devemos desperdiçar.”
Jornal Negração – Ed. 4	Dez 1990; Jan 1991, Ed. -, Olinda (PE). Pag 1			

3. **Jornal Jornegro:**

NOME DO JORNAL	DATA / LOCAL	TÍTULO / PÁGINA	ASSINATURA	CONTEÚDO
JORNEGRO, ed. 3, SP	Julho 78, Ed. 3, SP. Pag. 4	“Mulher Negra”	Sem assinatura	Trazer o papel histórico das mulheres negras e a importância de sua luta / suas representações
JORNEGRO, ed. 4, SP	Set 78, Ed. 4, SP, pag. 2	SBPC DISCUTE RAÇA	(PARTE 1) Sem Assinatura	33º Encontro da SBPC e a importância da população negra questionamento e tensionando o Encontro. Cita a participação da historiadora Beatriz Nascimento.
JORNEGRO, ed. 4, SP	Set 78, Ed. 4, SP, pag. 8	SBPC DISCUTE RAÇA (conclusão)	(PARTE 2 / CONCLUSÃO) Sem assinatura	Continuidade da reportagem. Situa a participação de alguns dos presentes. Fala como Beatriz do Nascimento foi importante para outra definição sobre Quilombos, para além da historiografia oficial. Traz uma foto dela e Carlos Alberto Medeiros (Instituto de

				Pesquisas da Cultura Negra /RJ) juntos na Mesa da SBPC

4. **Jornal Sinba:**

NOME DO JORNAL	DATA / LOCAL	TÍTULO / PÁGINA	ASSINATURA	CONTEÚDO
SINBA, ed. 1, RJ	Junho 77, Ed. 1, RJ. Pag. 3	A omissão da mulher negra	Sem assinatura	Quase que uma crítica às mulheres negras e a importância delas no MNU, para não separarem dos homens negros e não esquecerem que haviam referencias antes [de endeusarem] a princesa Isabel
SINBA, ed, 2, RJ	Abril 79, Ed. 2, RJ			
SINBA, e. 3, RJ	Agosto/79, ed. 3, RJ	A omissão da mulher negra	Sem assinatura	

ANEXO B – Tabela: Produção e formação historiadoras negras

1. **Eleonara Ziari Costa De Brito:**

FORMAÇÃO / ARQUIVOS	ANO / INSTITUIÇÃO	PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS / ORIENTAÇÃO
Graduação em História	Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB (1983-1987)	
Mestrado em História	UnB (1988-1992)	A Construção de uma Marginalidade através da Imagem e do Discurso: Santa Dica e a

		Corte dos Anjos - Goiás (1923/1925), Ano de Obtenção: 1992. Orientadora: Tânia Navarro Swain
Doutorado em História	UnB (1996-2001)	Corpo, Sexualidade e Gênero: A Construção do Desvio na Justiça de Menores - Brasília (1960/1990), Ano de obtenção: 2001. Orientador: Tania Navarro Swain.
Pós Doutorado	Universidade de Lisboa (2015-2016)	
Professora Dep. História	UnB desde 1997	
Resumo completo publicado em Congresso	1995	BRITO, E. Z. C.. Juventude e Marginalização: a questão do gênero na formação da identidade de menores infratores em Brasília - 1960/1990. In: XVIII Simpósio Nacional de História, 1995, Recife. História e Identidades, 1995. v. 1. p. 43-43
Trabalho completo publicado em anais de congresso	2001	BRITO, E. Z. C.. Gênero e sexualidade: a construção do desvio feminino na justiça. Cadernos do CEAM (UnB), Brasília, v. 5, p. 127-142, 2001.
Livro	1998	BRITO, E. Z. C.; BOTELHO, R. U. (Org.) ; PIMENTEL, H. U. (Org.) . Uma cidade muitas histórias. Paracatu: , 1998. v. 1. 164p .
Capítulo em livro	1994	BRITO, E. Z. C.. Sobre o acontecimento discursivo. In: Tânia Navarro Swain. (Org.). História no Plural. Brasília: Edunb, 1994, v. , p. 198-207.
Capítulo em livro	1998	BRITO, E. Z. C.. O Olhar sobre a Infância e a Juventude Desviantes nos anos 70. In: Jaime de Almeida. (Org.). Caminhos da

		História da América no Brasil - Tendências e contornos de um Campo Historiográfico.. Brasília: ANPLAC, 1998, v. , p. 321-342. BRITO, E. Z. C.. Eles também são teens - meninos e meninas de Brasília sob o olhar da Justiça de Menores. In: Cremilda Medina. (Org.). Narrativas a céu aberto - modos de ver e viver Brasília. Brasília: Edunb, 1998, v. , p. 103-114. BRITO, E. Z. C.; BOTELHO, R. U. . Introdução. In: Eleonora Zicari Costa de Brito; Rosana Ulhôa Botelho; Helem Ulhôa Pimentel. (Org.). Uma cidade muitas histórias. Paracatu: , 1998, v. , p. 15-19. .
Produção técnica	1989	BRITO, E. Z. C.. A palavra do presidente: discursos e mensagens do presidente José Sarney. 1989. (Editoração/Coletânea).

2. **Lúcia Helena Oliveira Silva:**

Formação / Arquivos	**Ano / Instituição**	**Produções bibliográficas / Orientação**
Graduação em História	1983 – 1986 (PUC Campinas)	
Especialização em Organização de Arquivos	1983 – 1986 (UNICAMP)	

Mestrado em Educação	1991 – 1993 (UNICAMP)	As estratégias da sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade: 1850-1888 Orientadora: Maria Olinda Noronha
Doutorado em História	1995 – 2001 (UNICAMP)	Construindo uma Nova Vida: Migrantes Paulistas Afro-descendentes na Cidade do Rio de Janeiro no Pós-Abolição (1888-1926) Orientadora: Célia Maria Marinho de Azevedo
Pós Doutorado Professora Universitária (Universidade Estadual Paulista – Campus Assis)	2010 (NY University)	
Ministrou curso	1988	A criança negra e a educação formal. 1988 (Curso)
Documento / Artigo	1996	Silva, L. H. O. (2010). A pedagogia da liberdade ou as possibilidades de interpretação na ação de liberdade da escrava Maria. Cadernos Pagu, (6/7), 315–324. Recuperado de https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1875. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/en/raca-genero-1996-67

Artigo	2018	SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Pensando a Diáspora Atlântica. Dossiê Escravidão e Liberdade na Diáspora Atlântica. História (São Paulo) v.37, 2018, p. 1-11. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/NYnTzkbFH4TB44xScnBXJ3K/?format=html
Artigo	2010	Silva, Lúcia Helena Oliveira; Alegro, Regina Célia. Idéias fora do lugar na aula de História: historiografia e conceitos dos alunos sobre escravidão no Brasil. Historia & Perspectivas, v. 23, n. 42, p. 285-313, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127041>
Artigo	2009	Emergindo do silêncio: libertos e afro-descendentes no pós-abolição (1888/1930). Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/luciahelenaoliveira.pdf

3. **Martha Rosa Figueira Queiroz:**

Formação / Arquivos	Ano / Instituição	Produções bibliográficas / Orientação
Graduação em História	Universidade Federal de Pernambuco (1986 - 1993)	

Mestrado em História	Universidade Federal de Pernambuco (1996-1999)	Título: Religiões Afro-Brasileiras do Recife: Intelectuais, Policiais e Repressão. Orientadora: Maria do Socorro Ferraz Barbosa.
Doutorado em História	Universidade de Brasília (2006-2010)	Título: Onde cultura é política. Movimento Negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979-1995). Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9010/1/2010_MarthaRosaFigueiraQueiroz.pdf Orientadora: Eleonora Zicari Costa de Brito
Artigo – Biografia	UFRJ, 2020	QUEIROZ, Martha Rosa F. . Biografia de Inaldete Pinheiro de Andrade. REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA (UFRJ) , v. 14, p. 84-91, 2020.
Artigo	2020	QUEIROZ, Martha Rosa F.; GOMES, Gustavo Manoel da Silva . Tramas negras: a utilização dos jornais negros como fontes no ensino de História. In: Lídia Baugmgarten (Org.). História. **Uma disciplina** sob suspeita: reflexões, diálogos e práticas. Curitiba: Editora CRV, 2020
Entrevista	2018	PINTO, Ana Flávia Guimarães; RAMOS, Ana Flávia Cernic. Histórias em negrito: uma entrevista com a Dra. Martha Rosa Figueira Queiroz. Intellèctus Ano XVII, n. 1, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/36016/25710

4. **Rosângela Janja Costa Araújo – "Mestra Janja":**

Formação / Arquivos	**Ano / Instituição**	**Produções bibliográficas / Orientação**
Graduação em História	Universidade Federal da Bahia (1982 – 1989)	
Mestrado em História	USP (1995 – 1999)	Título: Sou discípulo que aprende, meu mestre me deu lição: tradição e educação entre angoleiros baianos (anos 80-90). Ano de Obtenção: 1999. Orientador: Helenir Suano
Doutorado em Educação	USP (2000 – 2004)	Título: Iê, Viva me Mestre: a Capoeira Angola da escola pastiniana como práxis educativa. Orientadora: Roseli Fischmann
Pós Doutorado	PUC (2017 – 2018)	
Geledés	2004	Trabalhou no Geledés. Consultora do Programa de Educação do Geledés Instituto da Mulher Negra, com fins de planejamento e avaliação de projetos de ação afirmativa no ensino superior para jovens negros e negras.

Artigo	2017 (Fazendo Gênero 11)	Ginga: uma epistemologia feminista. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/ 1499469814_ARQUIVO_Gingaepistemologiafeminista.pdf
Artigo	2020	Alves Da Silva, Amanda; Janja Costa Araujo, Rosangela . A importância da política de cotas para o avanço dos estudos de gênero a partir de perspectivas decoloniais no brasil. Desigualdade & Diversidade (Pucrj), V. 18, P. 105-123, 2020. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48483/48483.PDF